Livro Eletrônico

Trilha Estratégica

[Trilha 00]

SEFAZ-ES (Auditor Fiscal) Trilha Estratégica - 2021 (Pós-Edital)

Professor: Guilherme Carvalho, Luis Eduardo, Renan Peroni Fineto

13.4 30

Estratégia Concursos

TRILHA ESTRATÉGICA – SEFAZ/ES – AUDITOR FISCAL (PÓS-EDITAL)

SEFAZ/ES - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESPÍRITO SANTO

Olá! Sejam muito bem-vindos à ***Trilha Estratégica Pós-Edital*** para o cargo de ***Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo (SEFAZ-ES)***. A partir de agora, com o edital aberto, não há mais tempo a perder. Temos que ir com tudo!

Antes de mais nada, permitam-me uma breve apresentação:

Meu nome é ***Guilherme Carvalho***, tenho 26 anos, sou de Taubaté, interior de São Paulo, e ocupo o cargo de ***Auditor Fiscal de Porto Alegre,*** concurso em que fui aprovado em ***1º lugar.***

Em 2017, iniciei minha trajetória nos concursos públicos. Conciliando uma jornada de trabalho de 40 horas semanais com os estudos, vivenciei todos os desafios e privações que fazem parte da vida de todo concurseiro.

Nesse caminho, fui reprovado diversas vezes; depois consegui algumas aprovações fora das vagas (ICMS-RS, ISS São José dos Campos e ISS Campinas). Após 3 anos de muita dedicação, finalmente a recompensa chegou, com a tão sonhada aprovação!

Agora, junto com a equipe do ***Estratégia Concursos***, espero ajudar você a conquistar o sonho da aprovação também!

TRILHAS ESTRATÉGICAS – O QUE SÃO?

Mas antes de começarmos, deixe-me explicar a você o que são as nossas Trilhas Estratégicas.

Trata-se, basicamente, de mais uma inovação que o ***Estratégia Concursos*** preparou para você!

As *Trilhas Estratégicas* são, em sua essência, um guia de estudos: toda semana, um PDF com orientações e tarefas é liberado na *Área do Aluno* do assinante e daqueles que compraram o respectivo Pacote do concurso.

Temos *Trilhas* para diversas áreas de concursos e para diversos cargos e certames específicos.

O objetivo é que o aluno tente estudar o que é proposto em cada *PDF* da Trilha em ***1 semana***, conforme a periodicidade de liberação. Mas, como cada um possui a sua própria carga horária de estudos e níveis diferentes de preparação, o *aluno pode fazer pequenas adaptações*.

Hoje, quando fazemos *Trilha* para um cargo específico de um concurso, também liberamos essa *Trilha* não só para os assinantes (pois as *Trilhas* foram feitas originalmente para eles), mas também para os alunos do Pacote Completo do cargo.

Nossa ***missão*** com esse produto é a seguinte: em ***3 meses***, deixá-lo preparado para encarar esse concorridíssimo certame para o cargo de Auditor Fiscal da SEFAZ-ES. Queremos te levar à aprovação, e para isso, montaremos uma trilha focada principalmente em ***revisões e exercícios***, direcionada especialmente para aqueles alunos que já tiveram contato com a maior parte do conteúdo do edital.

1 – Como Funcionam

As *Trilhas* funcionarão da seguinte forma:

- ✔ Indicação de estudo por ***Ciclos de Estudo***;
- ✔ ***Sugestão das disciplinas*** a serem estudadas em cada ciclo e momento da preparação;
- ✔ Apontamento da ***sequência de estudo*** em cada disciplina;
- ✔ Foco no ***custo x benefício*** considerando o ***conteúdo*** e o ***tempo*** de preparação; e
- ✔ Apontamento de estudo de ***teoria***, ***exercícios***, ***revisão***, ***legislação*** e ***simulados***.

2 – Objetivo e Público-Alvo da Trilha Pós-Edital

A presente Trilha Estratégica Pós-Edital terá como objetivo ***elevar o nível de conhecimento dos alunos em um curto espaço de tempo*** até a data do certame, por meio de uma profunda revisão e a resolução de muitos exercícios, desde que cumpridas as tarefas pertinentes.

Dessa forma, trabalharemos com foco e estratégia para estudarmos com precisão os conteúdos do Edital nesta reta final.

Além disso, a forma das trilhas será feita de acordo com o edital já publicado, bem como levando em conta a probabilidade de cobrança de cada assunto, sempre observando o fator custo benefício.

Por último, e ao mesmo tempo por consequência, as presentes trilhas terão um quantitativo de tarefas elevado, haja vista o curto espaço de tempo até a data da prova.

3 – Comunidade de Alunos

Para que os alunos possam receber dicas constantes e rápidas, nós temos a ***Comunidade de Alunos da SEFAZ-ES***.

Consiste em um *canal* no ***Telegram*** no qual você pode fazer a inscrição clicando no *link* azul logo abaixo:

Baixe o aplicativo no seu celular, cadastre-se no Telegram e, então, clique no link abaixo para se juntar à Comunidade de Alunos:

https://t.me/joinchat/Tox1HcOxNw2UGXGt

Escolhemos o aplicativo do ***Telegram*** em virtude de diversos recursos que não temos no ***Whatsapp***. Ela é a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, possui recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa *Comunidade de Alunos*.

Você pode usar o ***Telegram*** seguramente pelo aplicativo no seu celular ou direto pelo computador. Basta fazer o *download* do aplicativo no seu aparelho ou então acessar no computador através do *link* a seguir:

https://web.telegram.org/

Mas é importante fazer o cadastro no ***Telegram*** antes de clicar no *link* para se juntar à ***Comunidade de Alunos***. Caso contrário, dará erro nesse procedimento, ok?

Esperamos você lá no ***Telegram***!

4 – Dúvidas

Para que os alunos possam enviar as suas dúvidas relativas à Trilha, criei o formulário abaixo:

https://forms.gle/mJmZYW44PDahVNRB8

Importante: as respostas serão enviadas através da nossa Comunidade do Telegram. Portanto, a sua participação é fundamental!

No que precisar, conte sempre comigo nesta trajetória!

Guilherme Carvalho

@_guilhermefcarvalho

TRILHA ESTRATÉGICA 00

Técnicas de Estudo – Pós-Edital

Algumas técnicas de estudo importantíssimas para que possamos atingir nossa meta:

- ✔ Evitar resumos escritos;
- ✔ Revisar utilizando as marcações em seu material;
- ✔ Evitar as aulas em vídeo, exceto quando forem recomendadas; e
- ✔ Seguir as recomendações de estudo na ordem em que forem indicadas.

Quanto às disciplinas, estudaremos todas as matérias constantes no Edital.

Buscaremos trabalhar as matérias na sequência que acreditamos ser a mais eficiente nessa fase pós-edital, de acordo com o histórico de cobrança da banca FGV.

Além disso, consideraremos uma carga horária de estudos média de ***30 a 35 horas semanais***.

Caso você disponha de mais tempo livre, saiba que a carga horária pode ser incrementada com outras atividades ao longo da semana, como revisões ou baterias de exercícios extras.

Trilha Estratégica: Semana #0

Indicaremos na *Trilha*, portanto, 7 fontes de materiais de estudo:

1. Aulas das Disciplinas do ***Pacotaço - Pacote Teórico + Pacote Passo p/ SEFAZ-ES – 2021 (Pós-Edital)***;
2. Legislação e Constituição Federal/88, que podem ser encontradas na *internet* gratuitamente;
3. Cadernos de Questões do *Estratégia Questões*;
4. Relatórios do Passo Estratégico da SEFAZ-ES;
5. Cursos Exclusivos de Assinantes;
6. Simulados Exclusivos de Assinante; e
7. Monitorias Estratégicas.

Obs.: Para atingirmos nosso objetivo, precisamos apenas que o aluno tenha os materiais constantes nos itens 1, 2 e 3 acima. Os demais seriam facilitadores ao longo da preparação. A ausência dos materiais 4 a 7 na preparação do aluno não impede que ele atinja o objetivo dessa trilha.

Porém, para que vocês conheçam esses materiais e entendam como eles podem facilitar o seu estudo, vamos dar uma breve explicação sobre cada um deles:

Passo Estratégico

O ***Passo Estratégico*** é, em sua essência, um material de revisão. Ele indica, baseado em um concurso em específico, qual a importância relativa de cada um dos assuntos através de uma análise estatística feita por Analistas especialistas em concurso público. Além disso, facilita a assimilação e memorização dos assuntos tratados através de *checkpoints* e questionários de revisão.

Para saber mais sobre o ***Passo Estratégico***, clique no link a seguir: http://bit.ly/passoest.

Sistema de Questões

O ***Sistema de Questões do Estratégia Concursos*** é uma plataforma de questões de provas de concursos para que seus alunos possam fazer simulados, resolver questões, comparar resultados com demais candidatos, etc. Atualmente é a maior plataforma disponível no mercado, com 2 milhões de questões cadastradas! Embora os pdfs das aulas venham com muitas questões, é imprescindível que o aluno teste os seus conhecimentos fazendo muitas questões da banca que ele pretende encarar. Arrisco-me a dizer que mais de 90% dos aprovados utilizaram alguma plataforma de questões nos seus estudos!

Cursos Exclusivos

São Cursos gravados exclusivamente para os nossos alunos assinantes. Mensalmente, aulas de diversos tipos de matérias e assuntos são disponibilizadas para que os alunos possam ter uma segunda opção ao curso inserido no Pacote regular.

Simulados Exclusivos

Mais uma ferramenta que é exclusiva dos assinantes. Teremos vários simulados elaborados de acordo com a estrutura e forma de cobrança da banca de vários concursos. O intuito é que o aluno possa realmente simular uma situação real de prova.

Monitorias Estratégicas

Além das Trilhas Estratégicas, teremos a Monitoria para a ***SEFAZ-ES***, cujo cronograma e horários das transmissões estarão disponíveis na sua área do aluno.

As transmissões da Monitoria abordarão:

- ✔ Dicas de estudo progressivas, do básico ao avançado;
- ✔ Transmissões frequentes, de acompanhamento dos alunos que se preparam para o concurso;
- ✔ Tira-dúvidas com base em perguntas enviadas pelos alunos.
- ✔

As transmissões da Monitoria serão feitas através da própria Área do Aluno.

Edital SEFAZ ES 2021

O nosso concurso trouxe as seguintes disciplinas, com seus respectivos pesos na prova:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PONTOS	PESO
CONHECIMENTOS GERAIS - PESO 1	50	50	29,4%
01. Língua Portuguesa	10	10	5,9%
02. Raciocínio Lógico e Matemática Financeira	6	6	3,5%
03. Direito Empresarial	6	6	3,5%
04. Direito Constitucional	6	6	3,5%
05. Direito Administrativo	6	6	3,5%
06. Direito Civil e Penal	6	6	3,5%
07. Contabilidade Geral	10	10	5,9%
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PESO 2	60	120	70,6%
08. Direito Tributário	15	30	17,6%
09. Legislação Tributária do Espírito Santo	15	30	17,6%
10. Contabilidade Avançada e de Custos	10	20	11,8%
11. Tecnologia da Informação aplicada à Auditoria Tributária	10	20	11,8%
12. Auditoria Tributária	10	20	11,8%
TOTAL	110	170	100,0%

Cada questão da prova objetiva terá 5 alternativas, sendo considerado aprovado o candidato que, cumulativamente:

a) Obtiver no mínimo ***25 pontos em Conhecimentos Gerais;***

b) Obtiver no mínimo ***60 pontos em Conhecimentos Específicos;***

c) Obtiver no mínimo ***120 pontos na soma das notas das Provas de Conhecimentos Gerais e de Específicos;***

d) Se classificar até a ***300ª posição***, observadas as reservas de vagas e respeitados os empates na última colocação.

Além disso, também teremos uma prova ***Discursiva***, com valor de ***0 a 30 pontos***. Serão corrigidas as discursivas dos candidatos dentro do quantitativo correspondente a 6 (seis) vezes o número de vagas efetivas, totalizando 100 pontos, com duração total de 5 horas. Além disso, tivemos prova discursiva e avaliação de títulos.

Por fim, teremos a ***Avaliação de Títulos***, com caráter apenas classificatório, com pontuação máxima de ***6 pontos.***

Trilhas de Disciplinas

Disponibilizaremos, nesta seção, as Trilhas de cada uma das disciplinas trabalhadas por nós. O objetivo é que o aluno possa ajustar seu estudo a depender do nível em determinada matéria.

Os arquivos disponíveis nos links abaixo contêm as tarefas de uma disciplina específica (a maioria está em elaboração). Boa parte delas estarão presentes na trilha, com base na melhor estratégia.

Matéria	Trilha de Disciplina
Auditoria	*https://bit.ly/3uzqvP9*
Contabilidade de Custos	*https://bit.ly/3p5nqVG*
Contabilidade Geral	*https://bit.ly/3uze8m4*
Direito Civil	*https://bit.ly/3p4TNnN*
Direito Constitucional	*https://bit.ly/3vC7KMb*
Direito Empresarial	*https://bit.ly/3wP0z3H*
Direito Penal	*https://bit.ly/3vBTP94*
Direito Tributário	*https://bit.ly/3yRKqfp*
Discursivas	*https://bit.ly/34wcjMo*
Legislação Tributária Estadual	*https://bit.ly/2SGVPOu*
Raciocínio Lógico e Matemática Financeira	*https://bit.ly/2SKv9Na*
Direito Administrativo	*https://bit.ly/3uAiidp*
Orçamento Público (LRF)	*https://bit.ly/3yNrmiy*
Português	*https://bit.ly/3wJ257b*
Tecnologia da Informação	*https://bit.ly/3yJBfhj*

Resumos

Para facilitar o processo de revisão de nossos alunos, iremos disponibilizar alguns ***resumos objetivos*** das matérias componentes do nosso concurso. Esses resumos virão também com um ***Caderno de Questões*** para que possam praticar um pouco mais o tópico que está sendo

Abaixo, colocamos os links das pastas em que iremos depositar esses arquivos. Nosso objetivo final é ter um resumo para cada um dos assuntos que caem no nosso concurso.

Esperamos que gostem! 🚀

Matéria	Resumos
Português	https://bit.ly/3enxOmt
Direito Constitucional	https://bit.ly/388QsNU
Direito Administrativo	https://bit.ly/3oMq7em
Direito Tributário	https://bit.ly/3oQ9nTw
Contabilidade Geral e Avançada	https://bit.ly/2I8hbQh
Raciocínio Lógico	https://bit.ly/3enKFFe
Direito Penal	https://bit.ly/362e83M
Lei de Responsabilidade Fiscal	https://bit.ly/2Jqjhek

Tarefa 01

Legislação Tributária Estadual

Revisão da aula 00; e resolução de 10 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169607/aulas/1442369*

Revise os assuntos constantes da ***aula 00 (ICMS - Introdução e aspectos constitucionais)***. Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

No item ***Introdução ao ICMS***, é importante saber que o ICMS é o imposto de maior arrecadação nos Estados e tem como principal característica a ***não cumulatividade***. Merece destaque aqui, ainda, as características específicas do ICMS: ***Imposto Indireto, Regressivo*** e ***Real.***

Para iniciarmos o item ***O ICMS na Constituição Federal***, faça a leitura do ***art. 155, II, da CF/88***. Esse inciso nos diz quais são os fatos geradores do ICMS. Atenção: muitos examinadores gostam de citar que o ICMS incide sobre o Transporte ***Internacional*** e sobre o Transporte ***Intramunicipal***. No entanto, isso não é verdade! Não caiam nessa pegadinha. Outro artigo importante é o ***art. 147***. Nele, tenham cuidado com o fato de que apesar de a competência para instituir, fiscalizar e cobrar o ICMS ser dos Estados e do DF, a União pode cobrar ICMS sempre que existirem Territórios Federais.

No item ***Regime de Compensação,*** muita atenção ao ***art. 155, parágrafo 2°, I, da CF/88***. Esse parágrafo é de extrema importância, pois traz para nós a garantia da ***não-cumulatividade***. Deve-se ter um cuidado especial com a palavra ***"cobrado"***, citada no finalzinho desse parágrafo. Alguns examinadores costumam trocá-la por ***"pago"***.

Ainda embasados no ***art. 155, parágrafo 2° da CF/88, o inciso II*** irá trazer para nós algumas regras relacionadas à isenção ou não-incidência. Bastante atenção aqui, pois é um assunto que costuma ser explorado em provas.

Com relação às ***alíquotas***, é importante saber, inicialmente, que o ICMS ***poderá ser seletivo***. E aqui, muito cuidado! As bancas costumam citar, em suas questões, que o ICMS ***deverá ser seletivo***, o que, como vimos agora, não é verdade!

Os ***incisos IV e V do art. 155, parágrafo 2° da CF/88***, trazem para nós algumas regras relacionadas à fixação de alíquotas do ICMS pelo Senado Federal. Para facilitar a memorização, prestem atenção ao quadro-resumo apresentado pelo professor.

Por fim, é importante saber as alíquotas destacadas pelo professor (***4%***, ***7%***, ***12%***, ***13%***) e em quais situações elas se aplicam.

O item ***Incidência*** tratará dos ***elementos materiais*** do fato gerador do ICMS. Esse tema é tratado no ***art. 155, §2°, IX, "a" e "b", da CF/88***. Na alínea "a", para ajudar na memorização, lembre-se sempre que quem "importou, dançou". Já na alínea "b", deem atenção especial às exceções da LC 116/03 citadas pelo professor.

O próximo ponto do seu estudo tratará dos casos de ***não incidência previstos na CF/88 (Imunidades)***. Trata-se de um assunto amplamente cobrado, portanto preste atenção e memorize o esquema apresentado pelo professor.

Dando continuidade, o próximo traz a previsão de ***exclusão do ICMS da base de cálculo do IPI*** em operações realizadas ***entre contribuintes***, relacionadas com produtos ***destinados à industrialização ou comercialização***, desde que configure ***fato gerador dos dois impostos***.

Na sequência (***Reserva de Lei Complementar***), são apresentados casos nos quais necessitam que a regulamentação seja feita por ***Lei Complementar***. Cuidado para não cair na pegadinha de trocar lei complementar por lei ordinária, decreto, resolução, etc.

Por fim, em ***Incidência Restrita,*** memorize que nas ***operações relativas à energia elétrica***, serviços de ***telecomunicações***, ***derivados de Petróleo***, ***combustíveis*** e ***minerais*** do País ***nenhum outro imposto*** além do Imposto de ***Importação***, Imposto de ***Exportação*** e ***ICMS*** irá incidir.

Em ***Tributação dos Combustíveis e Lubrificantes***, conheça o famoso ***ICMS Monofásico***. Realize a leitura do ***art. 155, §4°, da CF/88*** e tenha em mente que nos casos de ***combustíveis derivados de petróleo***, o ICMS irá para o ***local do consumo***. Por outro lado, nos casos de ***gás natural e combustíveis não derivados de petróleo***, teremos duas possibilidades: ***1)*** se a operação for realizada entre contribuintes, o ICMS será ***repartido*** entre origem e destino; ***2)*** se o combustível for destinado para não contribuinte, o ICMS ficará para o ***estado de origem***.

Estude a ***Emenda Constitucional 87/2015***. Essa EC trouxe algumas mudanças importantes no ICMS em vendas interestaduais para consumidor final. Leia o ***art. 155, VII e VIII***, inicialmente. Aqui, é importante compreender que, a partir da EC 87, em vendas interestaduais destinadas a consumidor final a alíquota a ser aplicada será sempre a alíquota interestadual.

Além disso, o diferencial de alíquotas (Difal), que já existia antes da EC 87, continua existindo, mas só será aplicado se o destinatário for não contribuinte do imposto. Com relação ao recolhimento do imposto, saibam que se o destinatário for contribuinte, este irá realizar o recolhimento. No entanto, se o destinatário for não contribuinte, o remetente irá recolher.

Por fim, realize as questões ***1*** até ***10*** do PDF da aula 00. As demais questões podem ser realizadas caso sinta necessidade.

Tarefa 02

Tecnologia da Informação

Revisão da Aula 00.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169594/aulas/1442356*

Revise os assuntos constantes da aula 00 (Conceito de SGBDs). Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Este é um assunto que tende a cair de maneira mais conceitual, por isso saber as definições básicas ajudam a responder várias questões.

O primeiro passo é saber o que é um ***Banco de Dados (BD)***. De forma bem simples, um banco de dados é uma coleção de dados relacionados. Leia as três propriedades para esse conceito fique mais claro.

O segundo passo é saber o que significa um ***Sistema Gerenciador de Bancos de Dados (SGBD)***. O SGBD é uma coleção de programas que permite aos usuários criar e manter (gerenciar) um banco de dados.

Alguns autores definem um ***Sistema de Banco de Dados (SBD)*** como sendo a junção do BD com o SGBD e, opcionalmente, as aplicações que acessam esse banco de dados.

Leia com atenção as ***Características do Banco de Dados***, pois também é um assunto relevante. As características são: Natureza de autodescrição, Isolamento entre programas e dados, e abstração de dados, Suporte de Múltiplas Visões de Dados e Compartilhamento de Dados e Processamento de Transação. Não decore, entenda.

Agora, atenção total nas ***Transações de Banco de Dados***. Decore o mnemónico ***ACID*** (Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade), pois despenca em provas.

Em ***Personagens de Banco de Dados***, saiba diferenciar um Administrador de Dados de um Administrador de Banco de Dados. Aqueles são mais gerenciais enquanto estes são mais técnicos.

Você entrará agora em um dos assuntos mais importante da aula, que é a ***Arquitetura de Três Esquemas***, também conhecida como ***Arquitetura ANSI/SPARC***. Essa arquitetura basicamente estrutura um banco de dados em três níveis: **Externo** (Nível de Visão ou Nível Lógico de Usuário), **Conceitual** (Nível Lógico de Comunidade ou apenas Nível Lógico) e **Interno** (Nível de Armazenamento ou Nível Físico). Quanto mais acima, mais perto do usuário e quanto mais abaixo, mais próximo dos dados. Ah, sim, pode tratar nível e esquema como sinônimo.

Entenda, em seguida, a diferença entre ***Independência Lógica dos Dados*** e ***Independência Física dos Dados***. A primeira é a capacidade de alterar o esquema conceitual sem modificar o externo e o segundo é alterar o esquema interno sem alterar o conceitual. Seria algo assim:

Externo ← independência lógica | **Conceitual** | independência física → **Interno**.

Por fim, você conhecerá o ***Projeto de Banco de Dados***. É basicamente a mesma coisa vista no tópico anterior, porém do ponto de vista da "abstração". O **Modelo Conceitual** (Modelo de Alto Nível) oferece conceitos mais próximo ao modo como os usuários compreendem os dados. O **Modelo Lógico** (Modelo de Implementação ou Representativo) fica no meio termo. O **Modelo Físico** (Modelo de Baixo Nível) oferece conceitos que descrevem como os dados são armazenados no computador.

Responda as questões que aparecerem no decorrer da teoria, destacando sempre as questões que errar ou tiver dúvidas.

Pare entes de entrar em ***Resumo***.

Tarefa 03

Contabilidade Geral e Avançada

Revisão das aulas 00 e 01; e resolução de 12 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169598/aulas/1442359*

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169598/aulas/1442467*

Vamos iniciar o estudo de Contabilidade Geral e avançada para o concurso de Auditor Fiscal da SEFAZ ES. Nossa disciplina terá um peso elevado na prova. Por isso, precisamos estar afiados!

Nesta tarefa, você irá revisar o conteúdo das aulas 00 e 01, que são aulas introdutórias da disciplina e, por isso, devem ser vistas de forma mais célere.

Começando pela aula 00, que trata sobre os ***conceitos iniciais*** de contabilidade *(objeto, finalidade, fontes, campo de aplicação, princípios)*. Antemão, informo que esse assunto possui ***incidência mediana*** na FGV (5,47%). Assim, caso esteja há muito tempo sem estudar o conteúdo ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de estudo:

Perceba que CONTABILIDADE é uma ***ciência***, de modo que o seu ***objeto é o patrimônio*** e o seu ***objetivo é fornecer informação útil*** aos usuários sobre o patrimônio da entidade.

O ***campo de aplicação*** da contabilidade ***são as aziendas*** *(azienda = patrimônio + gestão/administração)*, as quais podem ser classificadas quanto aos fins que se destinam *(sociais, econômicas e econômicas-sociais)* e aos seus proprietários *(públicas e particulares)*.

Você perceberá que, em geral, as questões são simples e voltadas para as correspondentes definições. Portanto, cuidado com as "*famosas pegadinhas*" que mencionam determinado atributo com definição de outro.

Entenda que a ***finalidade principal*** da ciência contábil é ***fornecer informações*** sobre a situação patrimonial e financeira da entidade a seus ***usuários***, sendo que estes podem ser externos *(clientes, investidores)* ou internos *(empregados)*.

Sobre as ***funções*** da contabilidade, entenda que elas podem ser: ***administrativas*** (controle do patrimônio) e ***econômica*** (apurar resultado).

Em relação aos *tópicos seguintes* da aula, tente realizar uma ***leitura com fluidez***, visto que a grande parte do conteúdo se concentra em passar uma visão geral do ***patrimônio*** (ativo, passivo e PL) e das ***técnicas contábeis*** (Escrituração, Demonstrações contábeis, Análise das demonstrações contábeis e Auditoria), os quais serão vistos com mais detalhe nas aulas seguintes do curso.

Por fim, resolva as seguintes Questões Comentadas: 01 a 05. Caso tenha disponibilidade, resolva as questões de "Outras Bancas" (06 a 20) para auxiliar na fixação e compreensão do conteúdo.

A seguir, passaremos para a revisão da aula 01 na qual abordaremos, em especial, a ***situação líquida*** (equação fundamental do patrimônio), as ***contas e suas teorias*** e as ***fórmulas de lançamento***. caso esteja há muito tempo sem estudar o conteúdo ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de estudo:

Inicialmente, será apresentada a ***equação fundamental do patrimônio*** e a ***situação líquida***. Em relação à ***equação fundamental***, entenda que a partir da equação basilar (ATIVO = PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO) surgem diversas outras, do tipo: APLICAÇÃO = ORIGEM; bens + direitos = obrigações + PL. Por isso, caso tenha dúvida sobre determinada equação patrimonial apresentada, use a equação basilar como base.

Seguindo, entraremos nos ***tipos de situação líquida existentes*** e, em paralelo, compreenderemos a ***situação líquida*** de uma entidade. Antemão, entenda que a situação normal de uma entidade é que seu ATIVO seja maior que seu PASSIVO, e consequentemente, seu ***PL seja positivo*** *(ATV = PSV + PL, lembra?)*. Portanto, neste caso, a ***situação líquida é positiva*** (ATV > PSV). Entretanto, a banca gosta de explorar a exceção, a qual seria do PSV > ATV e, por conseguinte, situação líquida negativa. Daí surge o famoso ***"passivo a descoberto"***. Logo, não termine este tópico sem entender o que é passivo a descoberto.

Por fim, perceba que as relações aplicadas a todas as entidades, evidenciadas pelo professor (A ≥ 0, P ≥ 0 e SL > 0 ou SL < 0 ou SL = 0), convergem para os seguintes raciocínios:
- Ativo nunca pode ser inferior ao Patrimônio Líquido.
- Ativo e Passivo ≥ 0 (nunca negativo); PL qualquer valor (positivo, negativo ou nulo)

Em seguida, abordaremos de forma objetiva os ***ATOS e FATOS CONTÁBEIS.*** Em suma, entenda a diferença entre ***atos contábeis*** (não alteram o patrimônio – registro em contas de compensação) e ***fatos contábeis*** (alteram o patrimônio).

No tocante aos ***fatos contábeis***, o professor comentará as principais variações dos elementos patrimoniais (Ativo, Passivo, PL – receitas e despesas), as quais devem ser entendidas.
Em relação às ***CLASSIFICAÇÕES DAS CONTAS***, ter uma ***visão geral*** delas é o suficiente para nossa prova, já que o assunto possui baixa incidência nas provas da FGV. Uma dica, tente entender o sentido/motivo daquela classificação, ***tipo***: conta que apresenta uma única natureza será uma conta estável, afinal você já sabe que não haverá surpresas rs. E o contrário? Bom! Se a conta possuir várias naturezas, pela lógica, será instável. Fazendo essas analogias ficará mais fácil entender e decorar essas classificações.
Relembre que, segundo a doutrina, são três as ***teorias das contas***: ***teoria personalista***, ***teoria materialista*** e ***teoria patrimonialista***. Neste item, faça uma leitura com fluidez na parte teórica e, em seguida, utilize o quadro *"resumindo"*, para consolidar o entendimento do assunto. O importante deste tópico é saber onde colocar as contas.

Saiba que dentre os ***tipos de contas***, o sistema contábil nacional utiliza a classificação das contas conforme a Teoria Patrimonialista: ***Contas de Patrimônio e Contas de Resultado***.
Em suma, as ***CONTAS PATRIMONIAIS*** são contas que ***representam o Patrimônio*** da empresa (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) e compõem o Balanço Patrimonial. Enquanto as ***CONTAS DE RESULTADO representam o desempenho*** da empresa (receita e despesa) e evidenciadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), não fazendo parte do Balanço Patrimonial.

Por fim, resolva as seguintes Questões Comentadas: 01 a 07. Caso tenha disponibilidade, resolva as questões de "Outras Bancas" (08 a 30) para auxiliar na fixação e compreensão do conteúdo.

Tarefa 04

Direito Constitucional

Revisão da Aula 13 (Sistema Tributário Nacional); e resolução de 30 questões do SQ.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169600/aulas/1442385*

Iniciaremos a trilha de Direito Constitucional para o concurso da SEFAZ-ES priorizando os temas mais relevantes para a sua prova.

Vamos começar pela revisão da ***Aula 13 – Sistema Tributário Nacional e Repartição das Receitas Tributárias***, que tem grau de incidência de ***15,53%*** em concursos fiscais realizados pela FGV.

Revise os assuntos constantes da Aula 13.

Ao finalizar a revisão, faça o caderno de questões do SQ abaixo:

Sistema Tributário Nacional – FGV (30 questões): *http://questo.es/bhhdfi*

Sugiro que você resolva as questões de forma proativa: fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta antes de ver o gabarito. Isso vai ajudá-lo demasiadamente a fixar o conteúdo. Depois leia os comentários do professor.

E não esqueça de deixar assinaladas as questões que você errar, ou responder com dúvida. Elas serão muito úteis nas nossas revisões.

Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Compreenda a importância do Direito Tributário para o Estado e seu papel na instituição das regras para obtenção das receitas originárias. Importante compreender o conceito de tributo, que está estabelecido no art. 3° do Código Tributário Nacional.

Existem duas correntes sobre a quantidade de espécies tributárias: a tripartite, na qual se apoia a literalidade do art. 145 da CF; e a corrente pentapartida, de adesão doutrinária e jurisprudencial.

Em seguida, procure ler com bastante atenção as definições estabelecidas para cada uma das 5 espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

Tenha em mente que, conforme o art. 145, §2°, as taxas não podem ter base de cálculo próprias de impostos.

Passando ao tópico 2, compreenda a distinção entre a ***competência para legislar*** sobre direito tributário (competência concorrente estabelecida no ao art. 24 da CF) e a ***competência tributária*** (poder auferido pela CD para os entes instituírem tributos).

Em seguida, leia a literalidade do art. 146, que define as aplicações de lei complementar no Direito Tributário brasileiro: estabelecer normas gerais de direito tributário, dispor sobre os conflitos de competência entre os entes federativos, regular as limitações do poder de tributar e instituir um regime de tratamento diferenciado e favorecido para microempresas.

Durante e leitura da tarefa, faça todas as questões que forem aparecendo no meio da matéria, para testar sua capacidade de entendimento do que acabou de ler, e ao mesmo tempo já ir ser acostumando como as bancas cobram tais assuntos.

Estude a ***Repartição de Competências Tributárias*** entre os entes federativos e leia a literalidade dos art. 147 a 149-A.

Passaremos agora a ver as ***Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.***

Antes de iniciar o estudo do item, leia os art. 150 e 151 da CF/88.

Em seguida, detenha-se aos princípios constitucionais tributários: legalidade, isonomia, irretroatividade, anterioridade, noventena, não confisco, liberdade de tráfego, uniformidade geográfica da tributação, não-discriminação baseada em procedência ou destino e vedação às isenções heterônomas.

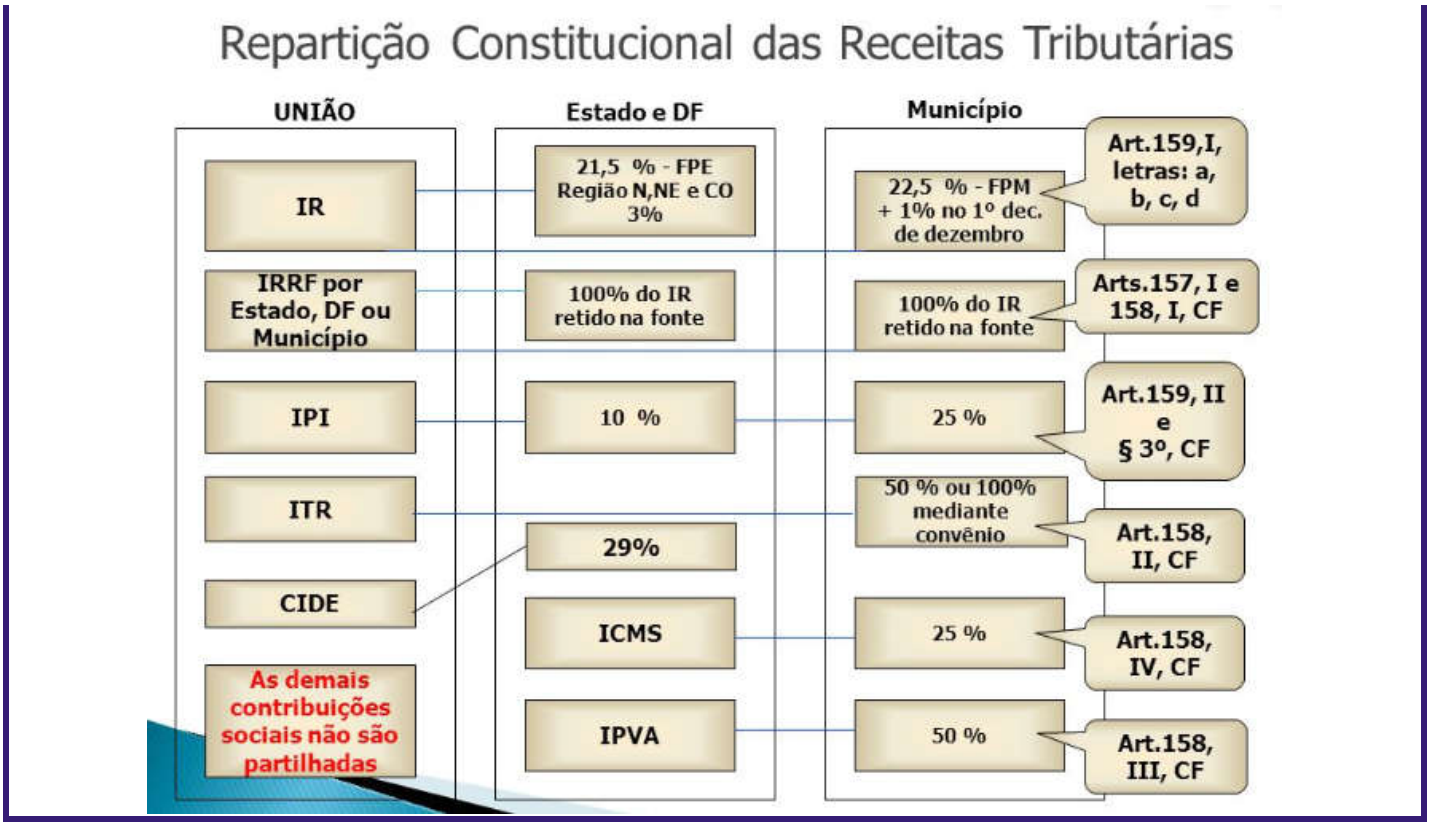
Sobre os princípios acima destacados, concentre-se nos estudos das exceções aos princípios da legalidade, anterioridade, noventena e vedação às isenções heterônomas.

Chegou a hora de estudar as ***Imunidades Tributárias***, que são hipóteses de não-incidência constitucionalmente previstas. Atente-se na diferenciação entre imunidades objetivas e subjetivas, bem como nos tipos de imunidades qualificados na CF: recíproca; religiosa; partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos; cultural; fonogramas e videofonogramas musicais.

Para finalizar o estudo do Sistema Tributário Nacional, veremos o assunto ***Repartição das Receitas Tributárias***

Primeiro leia o capítulo de Repartição de Receitas Tributárias, depois leia novamente a lei seca (arts. 157 a 162).

Por fim, crie um quadro resumo com as repartições, conforme exemplo abaixo:


Repartição Constitucional das Receitas Tributárias
UNIÃO
Estado e DF
Município
IR
IRRF por Estado, DF ou Município
IPI
ITR
CIDE
As demais contribuições sociais não são partilhadas
21,5 % - FPE Região N,NE e CO 3%
100% do IR retido na fonte
10 %
29%
ICMS
IPVA
22,5 % - FPM + 1% no 1º dec. de dezembro
100% do IR retido na fonte
25 %
50 % ou 100% mediante convênio
25 %
50 %
Art.159,I, letras: a, b, c, d
Arts.157, I e 158, I, CF
Art.159, II e § 3º, CF
Art.158, II, CF
Art.158, IV, CF
Art.158, III, CF

Tarefa 05

Auditoria

Revisão da aula 00; e resolução de questões do SQ.

***Link**: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169624/aulas/1442544*

Daremos início ao estudo de ***Auditoria Tributária*** para o concurso de ***Auditor Fiscal da SEFAZ ES.***

Nesta tarefa, revise o conteúdo da aula 00. Após a revisão, faça as questões da FGV do caderno de questões abaixo (se tiver tempo disponível, também pode fazer as outras questões), e em seguida leia os comentários daquelas que errar ou tiver dúvidas.

***Link:** https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/2cec109c-2c81-4534-a914-526f6a042a6a*

OBS: caso sinta segurança no conteúdo da aula, você pode iniciar pela resolução de questões e, posteriormente, revisar apenas os pontos que tiver dificuldade.

Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Os temas tratados nesta aula têm grande peso em todas as provas de Auditoria, inclusive nas provas elaboradas pela **FGV**. É raro um certame que não cobre ao menos uma questão desses temas!

A aula conta com tópicos importantes para o entendimento da Auditoria, tais como: objetivos gerais do auditor, princípios éticos do auditor, características inerentes ao auditor (julgamento e ceticismo) e tópicos da NBC TA 200(R1), que é a norma-base de Auditoria.

Você deve fazer uma leitura rápida da parte – Motivação da Aula. Tente responder mentalmente os questionamentos iniciais sobre temas correlatos à Auditoria. As bancas adoram cobrar várias dessas perguntas. Caso não saiba o significado delas, não se preocupe, pois todas estão respondidas na sessão "Respostas das questões subjetivas".

Continue lendo a aula, mas não deixe de memorizar tópicos recorrentes, quais sejam: classificação das auditorias (memorize as diferenças entre interna e externa) e classificação de auditoria "governamental" segundo a IN n°01/2001/CGU. Decore as palavras-chaves de cada um dos tipos de auditoria. As bancas cobram demais isso!

Faça uma leitura atenta do Tópico 3 – PRINCIPAIS PONTOS DA NBC TA 200(R1). Ressaltamos a importância de memorização do seguinte dispositivo: "O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas,

em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável".

Outro dispositivo recorrente é: "As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança". As bancas adoram afirmar que essas demonstrações são do auditor, do controle interno, etc – quando na verdade são da própria entidade.

É muito importante decorar TODOS os mapas mentais apresentados nesses tópicos, uma vez que eles representam as informações mais importantes da NBC TA 200(R1).

Atenção especial ao item 13 – definições – da norma supracitada. São definições que ajudam a entender toda a Auditoria e que caem bastante! Logo em seguida, as informações mais relevantes estão mapeadas.
Vale ressaltar o estudo do quadro explicativo que aborda a diferença entre suficiência e adequação. Essa comparação cai muito em provas. Macete: ***adeQUAção = QUAlidade.***

Fique atento na definição de risco de auditoria e suas subdivisões.

RISCO DE AUDITORIA= RISCO DE DISTORÇÃO RELEVANTE + RISCO DE DETECÇÃO.

O risco de distorção relevante é dividido em risco inerente e risco de controle. Essas definições são importantíssimas para a sua prova.

A aula apresenta algumas "Aplicações e outros materiais explicativos" da norma. Trata-se de detalhamentos das informações contidas na Introdução e no corpo da norma. Os itens referentes a essas aplicações são identificados pela letra "A". Dê atenção aos princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor quando da condução de auditoria de demonstrações contábeis. Esses princípios são: Integridade; Objetividade; Competência e zelo profissional; Confidencialidade; e Comportamento (ou conduta) profissional – mnemômico C3OI).

Um dos pontos campeões de incidência é o Ceticismo profissional. Duas informações importantes devem ser memorizadas – sua definição e os exemplos. As bancas ADORAM tentar confundir com o conceito de julgamento profissional, que é uma das características inerentes a qualquer auditor (juntamente com o Ceticismo).

Continue lendo, o próximo ***tópico 4*** - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. Decore a diferença entre trabalho de asseguração razoável e limitada, bem com os seus elementos e tipos de trabalhos (atestação e relatório direto). Isso é suficiente para acertar a maioria das questões com convicção.

Vá ao ***tópico*** 5 - *Independência*. Conheça bem o conceito de Independência. Destacamos as cinco categorias que podem gerar ameaças à independência. Aqui, as bancas têm colocado situações práticas e perguntado qual o tipo de ameaça está associado ao caso concreto. Recomendamos tanto a leitura atenta quanto à memorização de cada uma dessas ameaças. Via de regra, é

necessário ficar atento à situação apresentada na questão e saber o significado de cada ameaça para poder associá-lo corretamente.

Por fim, atenção especial a um tópico que sofreu alteração recente: rodízio dos responsáveis técnicos pela auditoria (esse rodízio é a cada sete anos cumulativos).

Estude as questões comentadas durante a aula (estão na sequência da aula sem numeração).

Como forma de aumentar o seu entendimento da matéria, procure ler e MEMORIZAR os mapas mentais e esquemas apresentados no último tópico desta aula, bem como as respostas das questões subjetivas.

Faça as questões sem comentários. Anote o gabarito, e reveja os comentários somente das que você errou e das que você teve dúvidas.

Tarefa 06

Direito Tributário

Revisão da Aula 01 e resolução de questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169604/aulas/1442711*

Pessoal, iniciaremos aqui nossa trilha da disciplina de ***Direito Tributário*** para o concurso de ***Auditor Fiscal da SEFAZ-ES***. Nossa matéria é uma das mais importantes do concurso. Por isso, tentaremos ao máximo otimizar seu processo de revisão.

Nesse sentido, abordaremos o conteúdo seguindo uma ***ordem de relevância*** baseada no histórico da banca, mas conciliando também com a ordem lógica de evolução do ***raciocínio da matéria***. Vamos nessa?

Para essa tarefa, cumpra a seguinte ordem:

1) Revise os assuntos constantes na ***Aula 01***. Caso já tenha estudado a aula e tenha suas próprias marcações, faça a revisão como foco nesses grifos. Outra opção é utilizar o ***Passo Estratégico*** referente à aula para facilitar seu processo de revisão.

2) Resolva as seguintes questões dispostas ao final do PDF: ***01 a 28.***

Caso esteja há muito tempos sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de estudo:

A Aula 01 traz as ***Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar***. Esse assunto é muito importante para a sua prova.

Inicialmente você deve aprender no que consiste as limitações ao poder de tributar. Elas existem a fim de impedir que o Estado tenha um poder ilimitado sobre os particulares e se revestem sob a forma de ***princípios e imunidades***. As limitações serão reguladas por lei complementar, que, a despeito disso, não podem criar limitações.

As limitações estão previstas em todo o texto constitucional, concentradas em especial entre os Arts. 150 e 152, CF/88.

Iniciando o estudo dos Princípios Constitucionais Tributários, atente ao que segue:

1. ***Princípio da Legalidade***: Somente lei pode criar tributos, por se tratar de uma obrigação imposta ao particular (prestação pecuniária compulsória). Tenha cuidado com as ***medidas provisórias***. Elas, por terem força de lei, podem regular matéria tributária, exceto no que a CF determina como regulado por ***lei complementar***.

O Art. 97 do CTN estabelece uma simetria: Somente a lei pode criar e extinguir, majorar e reduzir tributos. As ***exceções*** são as listadas a seguir:

- Alteração de alíquotas: Os tributos extrafiscais podem ter suas alíquotas alteradas por atos infralegais, desde que dentro dos limites estabelecidos por lei. Os tributos que se enquadram nesse caso são: Imposto de Importação - ***II***, Imposto de Exportação - ***IE***, Imposto sobre Operações Financeiras – ***IOF***, e Imposto sobre Produtos Industrializados - ***IPI***. Memorize!

- CIDE-Combustíveis: Hipótese incluída pela EC 33/2001, a ***CIDE-Combustíveis*** pode ter suas alíquotas reduzidas e restabelecidas por ato do Poder Executivo. Veja que é diferente de alteração!

- ICMS-Combustíveis: Também prevista na EC 33/2001, as alíquotas do ***ICMS-Combustíveis*** (não do ICMS como um todo) podem ser fixadas livremente mediante deliberação dos Estados e DF.

Outra exceção ao Princípio da Legalidade é a atualização (não é aumento!) de valor monetário de base de cálculo e prazo para recolhimento dos tributos. Veja a Súmula 160 do STJ.

Memorize todas essas exceções!

2. ***Princípio da Isonomia***: É vedado o tratamento desigual a contribuintes que estejam em posição equivalente.

3. ***Princípio da Capacidade Contributiva***: É a busca por justiça na tributação, equidade (horizontal e vertical). Expressamente previsto para os impostos, o STF ensina que o princípio pode ser estendido a todas as espécies tributárias, sempre que possível. Tente memorizar as jurisprudências e súmulas trazidas em seu material, em especial as que tratam de progressividade de alíquotas. Elas caem em prova de forma literal.

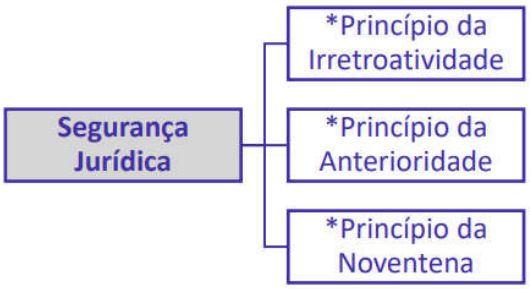
Em relação ao sigilo bancário, apenas compreenda que as autoridades e agentes fiscais tributários podem examinar informações bancárias do contribuinte independentemente de autorização judicial, desde que haja procedimento ou processo administrativo fiscal em curso. Não é quebra de sigilo, é transferência de sigilo bancário para fiscal.

Continuando o estudo das ***Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar***, você verá agora o ***Princípio do Não Confisco***. Previsto no Art. 150, IV, CF/88, é um princípio em conformidade com o da capacidade contributiva.

Fique atento ao que deve ser considerado para a caracterização do efeito confiscatório: a totalidade da carga tributária imposta ao contribuinte pelo mesmo ente político ou, no caso dos tributos vinculados, a não correspondência do valor tributado com o valor da atividade realizada pelo Estado.

Atenção ao fato de que o princípio se aplica às multas tributárias (memorize os limites consagrados pelo STF) e é atenuado no caso de tributos extrafiscais.

Em relação aos ***Princípios da Anterioridade, Noventena e Irretroatividade***, é importante memorizar que são desdobramentos do ***Princípio da Segurança Jurídica***, cujo objetivo é proteger o contribuinte de alterações repentinas na legislação tributária com consequente prejuízo financeiro.



Em relação aos princípios citados, peço que dê destaque ao que segue:

1. ***Princípio da Anterioridade***: Em regra, um tributo não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi instituído. Compreenda o conceito de exercício financeiro.
Atenção: a redução ou extinção de um tributo operam efeitos imediatos, já que beneficiam o contribuinte.

Memorize as ***exceções***, é o que costuma cair em prova:
- Alteração do prazo de recolhimento; (Súmula Vinculante STF n° 50).
- Atualização do valor monetário do tributo;
- II / IE / IOF / IPI: tributos extrafiscais;
- IEG / Empréstimos compulsórios, estes só em relação aos investimentos públicos de caráter urgente;
- ICMS-Combustíveis e CIDE-Combustíveis: redução e restabelecimento de alíquotas;
- Contribuições para Financiamento da Seguridade Social;

Cuidado com a questão da revogação de benefícios ou isenções fiscais! Fique atento à jurisprudência.

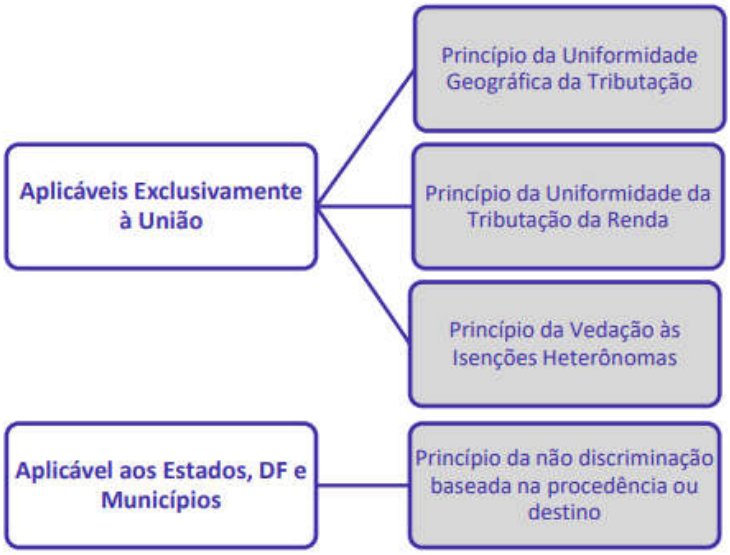
2. ***Princípio da Noventena***: A cobrança do tributo só pode ocorrer após 90 dias de sua instituição (não é 3 meses!). Assim como a anterioridade, o princípio da noventena possui ***exceções***:
- II / IE / IOF: Cuidado com o IPI! Ele se submete à noventena, embora seja exceção ao princípio da anterioridade.
- IEG / Empréstimos compulsórios, estes só em relação aos investimentos públicos de caráter urgente;
- IR;
- Base de cálculo do IPTU e IPVA;

Dê atenção ao entendimento do STF em relação à MP.

3. ***Princípio da Irretroatividade***: É o princípio que veda aos entes federados tributarem fatos geradores anteriores à instituição ou majoração de um tributo. É um princípio sem exceções!

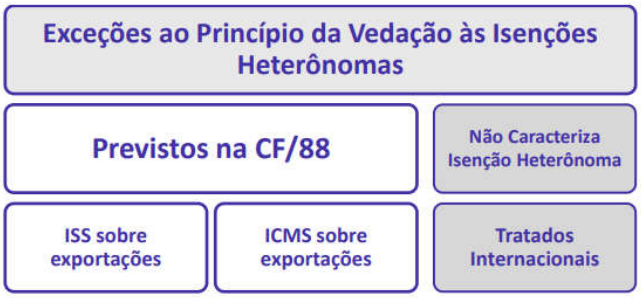
Para finalizar a teoria da ***Aula 01***, compreenda o ***Princípio da Liberdade de Tráfego***. Fique atento à decisão do STF que entende que o ***pedágio*** não tem natureza tributária.

Outros princípios tributários foram previstos:



O ***Princípio da Uniformidade Geográfica da Tributação*** veda que a União institua tributo que não seja uniforme em todo o território nacional. Memorize que a concessão de incentivos fiscais que promovam a redução de desigualdades regionais é uma exceção ao princípio e pode ser aplicada.

O ***Princípio da Vedação às Isenções Heterônomas*** prevê que um ente político não pode conceder isenções a tributos de competência de outro ente. Embora bem lógico, há exceções! Memorize:



O ***Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino*** é aplicável somente aos Estados, DF e Municípios! Cuidado!

Sugiro que você, em toda a Aula 01, dê destaque à jurisprudência trazida pelo professor.

Tarefa 07

Português

Revisão da aula 00; e resolução de 40 questões do PDF.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169589/aulas/1442353*

Começamos nossa trilha Pós-Edital para a SEFAZ-ES! Em Português, manteremos o foco nas revisões e resoluções de exercícios. Além disso, dedicaremos um número maior de tarefas aos assuntos mais cobrados pela banca, passando de forma mais breve pelos assuntos com menor probabilidade de cair na sua prova.

Nesta tarefa revisaremos a aula sobre ***Ortografia*** e ***Acentuação Gráfica***, que é um assunto de ***baixa incidência*** em provas da FGV.

Primeiramente, caso possua, leia suas anotações/resumo dessa aula e refaça as questões que errou na época do estudo inicial.

Caso não possua nenhuma anotação ou resumo, na própria aula, ao final da teoria, a equipe de professores disponibiliza um resumo elaborado por eles. Você pode, sim, utilizar esse resumo para pautar sua revisão, mas é importante que faça alguns apontamentos que entenda serem importantes, para moldar o resumo às suas necessidades.

Durante a revisão, tente entender os ***encontros vocálicos*** e a ***posição da sílaba tônica***. Esse simples entendimento ajudará você no estudo das regras de acentuação.

Dica: Existe uma regra que vale ser decorada, tendo em vista o seu alto custo-benefício: TODA PROPAROXÍTONA É ACENTUADA.

Ao final dessa revisão, resolva as questões 01 a 40. Leia os comentários de todas aquelas que errar ou tiver dúvidas.

Tarefa 08

Direito Penal

Revisão da aula 04; e resolução de 14 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169602/aulas/1442906*

Pessoal, daremos início agora ao estudo da disciplina ***Direito Penal*** para o concurso da ***SEFAZ-ES*** para o cargo de ***Auditor Fiscal.***

Nesta tarefa, revisaremos os ***Crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em geral.*** Segundo a análise da nossa equipe, esta aula possui um percentual de cobrança de ***30,19%*** em questões de concursos da sua banca. Os crimes mais importantes são: ***peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação***.

Caso ainda não tenha estudado ou tenha visto há muito tempo, seguem as dicas (utilizaremos o ***material simplificado***):

Os crimes ***são funcionais***, ou seja, devem ser praticados por funcionário público e dividem-se em crimes funcionais próprios (puros) ou impróprios (impuros).

Leia o ***art. 327 do CP*** que traz o conceito de funcionário público para fins penais.

Atenção!! O § 2° prevê uma ***majorante*** (causa de aumento de pena), caso o funcionário público seja ocupante de cargo em comissão ou Função de Direção e Assessoramento na administração pública. Contudo, o legislador ***não incluiu as autarquias,*** de forma que tal majorante não se aplica aos funcionários destas entidades.

No Crime de ***Peculato***, memorize as formas que ele poderá ser praticado:

a) peculato-apropriação e peculato-desvio (art. 312 do CP);

b) peculato-furto (art. 312, § 1° do CP);

c) peculato culposo (art. 312, § 2° do CP);

d) peculato mediante erro de outrem (art. 313 do CP);

No crime de ***Concussão***, leia o art. 316 e perceba a recente inclusão feita pela ***Lei 13.964/19*** que aumentou a pena. Antes da alteração, a pena era de 2 a 8 anos e multa, agora de 2 a 12 anos e multa. ***Atenção!!!***

DICA: atenção aos verbos utilizados em cada tipo penal, pois os Crimes de Concussão e de Corrupção passiva são muito confundidos.

Se o agente ***EXIGE = concussão***.

Já no Crime de ***Corrupção Passiva***, a primeira informação que devemos memorizar é que se o agente apenas ***SOLICITA***, recebe ou apenas aceita promessa de vantagem =***corrupção passiva***. Leia atentamente o art. 317 do CP e atenção ao § 2° que estabelece uma forma ***"privilegiada"*** do crime. A forma privilegiada traz a pena de detenção, bem menor que a prevista para as outras hipóteses de corrupção.

Os Crimes de ***Prevaricação, prevaricação imprópria e condescendência criminosa***, previsto nos arts. 319 e 320 do CP são crimes próprios, só podendo ser praticado por funcionário público. É possível o concurso de pessoas, desde que este particular tenha conhecimento da condição de funcionário público do agente.

Atenção:

FAVORZINHO GRATUITO = CORRUPÇÃO PASSIVA PRIVILEGIADA

SATISFAÇÃO DE INTERESSE PRÓPRIO = PREVARICAÇÃO

Por fim, resolva as questões da ***Banca FGV***: ***54 a 72*** da Lista de questões com comentários. Sugiro a leitura de TODOS os comentários do professor, mesmo que tenha acertado a questão.

Tarefa 09

Legislação Tributária Estadual

Resolução de 21 questões do SQ.

Para consolidar o que foi estudado ao longo da ***aula 00***, você irá resolver uma bateria de questões cobradas em concursos da área fiscal. Para tanto, resolva ***todas as questões*** do caderno a seguir:

Link: *http://questo.es/om2qem*

Tente simular ao máximo o ambiente de prova: busque um local silencioso e tente não interromper a resolução. Caso seja necessário parar para ir ao banheiro, não interrompa o cronômetro.

Finalizada a resolução, estude o comentário de todas as questões que errar ou tiver dúvidas.

Caso sinta necessidade, volte em seu material de revisão (marcações e anotações) e leia-o novamente e faça as demais questões constantes do PDF da aula 00.

Tarefa 10

Tecnologia da Informação

Revisão e resolução de questões do PDF da Aula 00.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169594/aulas/1442356*

Terminando o estudo da parte teórica, é hora de fazer algumas questões sobre o assunto.

Mas antes, ***revise de forma bem objetiva*** todo o assunto estudado, focando nos pontos que você julga importante para memorizar a matéria.

Essa revisão deve ser feita preferencialmente pelo ***seu material grifado***. Alternativamente, se disponível, você pode também utilizar o ***resumo do professor*** ou a ***marcação dos aprovados***.

Após revisar, responda ***apenas as questões das bancas FGV e CESPE***.

FGV: 5, 29 e 82.

CESPE: 2, 3, 6, 25, 27, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 69, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84 e 85.

Leia o comentário ao final de cada questão.

Lembre-se de destacar as questões que errar ou ficar com dúvidas.

Volte à parte teórica sempre que sentir necessidade.

Tarefa 11

Contabilidade Geral e Avançada

Resolução de 10 questões do Estratégia Questões referentes às aulas 00 e 01.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169598/aulas/1442359*

Para consolidar o conteúdo estudado nas aulas 00 e 01, você irá resolver baterias de questões do SQ referentes aos respectivos assuntos.

Inicialmente, resolva as seguintes ***questões da FGV*** no Estratégia Questões - EQ:

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/b6a81c32-36b4-4a5f-b2d4-0cce621b7781*

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/825ad61e-dc30-4be9-be09-49839708feea*

Leia os comentários das questões que errar ou tiver dúvidas, com o objetivo de fechar todas as lacunas que tiver nesses assuntos.

Caso haja disponibilidade, complemente seu estudo com as seguintes questões de outras bancas:

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/9d427d48-2507-45b0-b9b1-154ed3438eb4*

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/aa0ac89b-6108-4178-b96b-a06fd8fc7cb0*

Tarefa 12

Direito Administrativo

Revisão da aula 00; e resolução de 56 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169601/aulas/1442363*

Revise os assuntos constantes na aula 00 (***Princípios de Direito Administrativo***). Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Inicie com as ***Noções gerais*** sobre os ***princípios básicos da administração***. A intenção aqui será relembrar os conceitos de "regra jurídica" e "princípio", focando na diferença intelectual entre as duas definições. A leitura integral deste tópico servirá para dar uma rápida contextualização sobre o que são os ***Princípios da Administração***, que, por sinal, representam cerca de ***4,2%*** de seu total de questões da disciplina.

Ao iniciar a análise dos ***princípios expressos na CF***, podemos destacar os princípios da ***legalidade***, que vincula o agente público à lei em sentido amplo, ou seja, a atos normativos primários (ex: leis) e secundários (ex: portarias); e da ***moralidade***, diretamente relacionado à honestidade e à probidade na Administração.

Cuidado ao estudar o princípio da ***impessoalidade***, pois ele se desdobra em quatro sentidos: finalidade, igualdade ou isonomia, vedação à promoção pessoal e impedimento e suspeição. Não são raras questões que tentam confundir o candidato misturando os conceitos dos princípios da publicidade e da impessoalidade.

Os ***princípios implícitos*** ou reconhecidos contêm menos questões do que os princípios expressos. Entretanto, não sugerimos negligenciá-lo, pois bancas criteriosas gostam de cobrá-los em suas assertivas e misturam os conceitos. Os mais "famosos" princípios implícitos são o da ***supremacia do interesse público*** e o da ***indisponibilidade do interesse público***. Resumindo de uma forma bem objetiva, o primeiro representa as prerrogativas e, o segundo, as sujeições da Administração.

Quanto ao princípio da ***proporcionalidade***, importante lembrar que ele possui 3 (três) elementos a serem analisados: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Nessa linha, estude-o, principalmente a sutil diferença entre a razoabilidade e a proporcionalidade.

Outro princípio muito difundido na doutrina do Direito Administrativo e cobrado em provas de concurso é o da ***segurança jurídica***. Nesse sentido, estude com afinco as suas lições, atribuindo um grau de prioridade mais elevado a esse princípio.

Proceda à resolução das ***questões 1 a 34*** da aula, no tópico ***Questões Comentadas***.

Em seguida, resolva a seguinte bateria de ***22 questões*** no ***Estratégia Questões***:

https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/4ac8a526-edec-4a80-ba1b-4a6d697e9dec

Se você entender que esse total de ***56 questões*** não está apropriado para ser executado na presente tarefa, caso tenha tempo disponível, poderá resolver as questões remanescentes do caderno do Estratégia Questões ou do PDF posteriormente.

Tarefa 13

Direito Empresarial

Revisão da Aula 00 (Teoria da Empresa e Empresário); e resolução de 30 questões do PDF

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169603/aulas/1442365*

Iniciaremos a trilha de Direito Empresarial para o concurso da SEFAZ-ES.

Vamos começar pela revisão da ***Aula 00 – Teoria da Empresa e Empresário***, que é um assunto fundamental para a evolução na matéria.

Revise os assuntos constantes da Aula 00. Ao finalizar a revisão, faça ***questões de 1 a 30 do seu PDF***, de bancas diversas, pois não temos questões da FGV neste assunto.

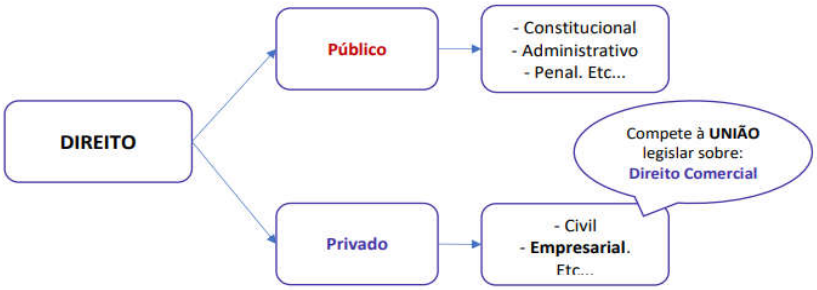
Sugiro que você resolva as questões de forma proativa: fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta antes de ver o gabarito. Isso vai ajudá-lo demasiadamente a fixar o conteúdo. Depois leia os comentários do professor.

E não esqueça de deixar assinaladas as questões que você errar, ou responder com dúvida. Elas serão muito úteis nas nossas revisões.

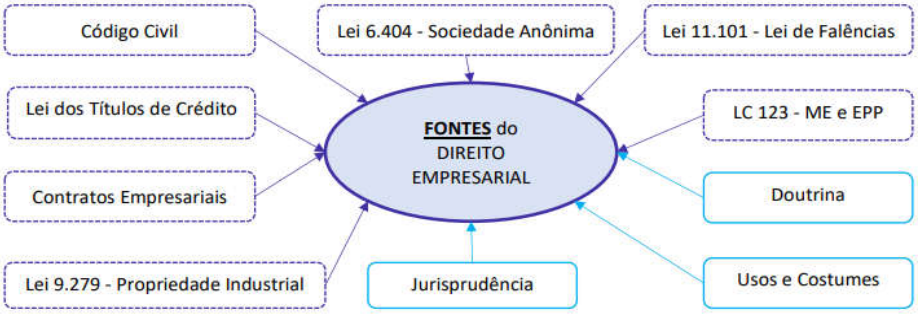
Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Iniciando a aula, vale a pena uma rápida leitura sobre a divisão do direito empresarial trazida pelo professor.

Seguindo, entenda a divisão entre direito público e direito privado, assim como sobre o fluxograma:

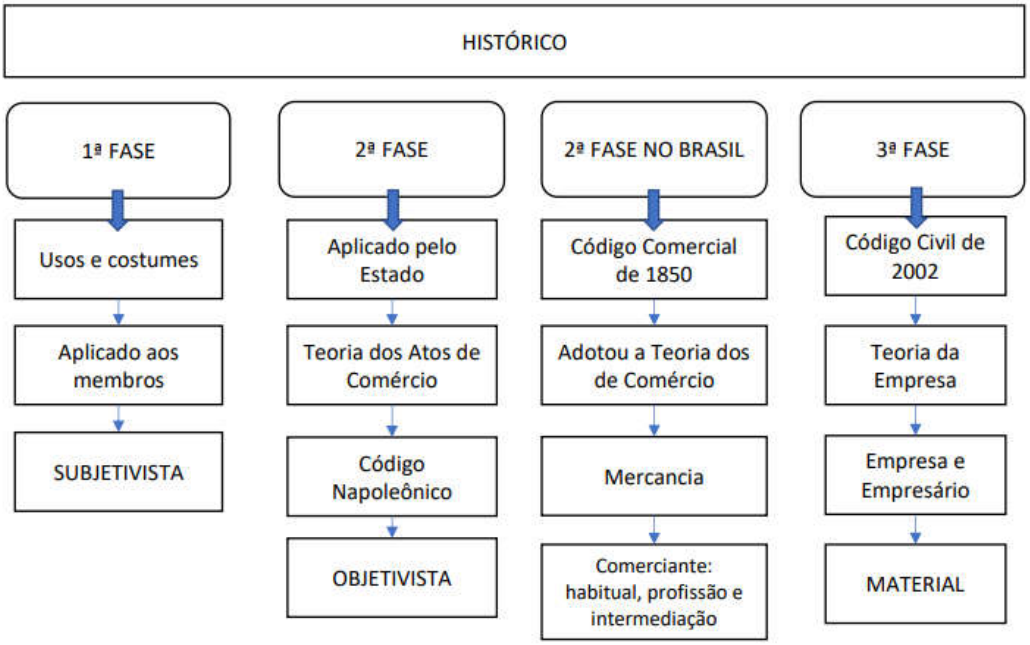


Em seguida, grave que fonte do direito é a matéria-prima que enseja o surgimento do direito. Para esquematizar:

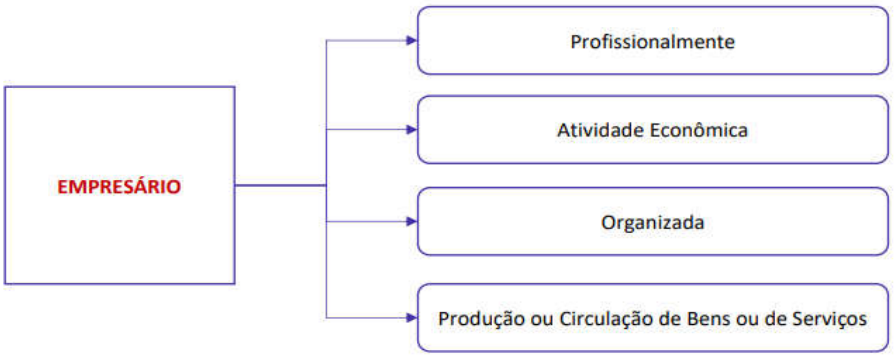


Sobre os princípios trazidos pelo professor destaque para livre iniciativa e preservação da empresa.

Por fim no histórico, rápida leitura e do fluxograma:



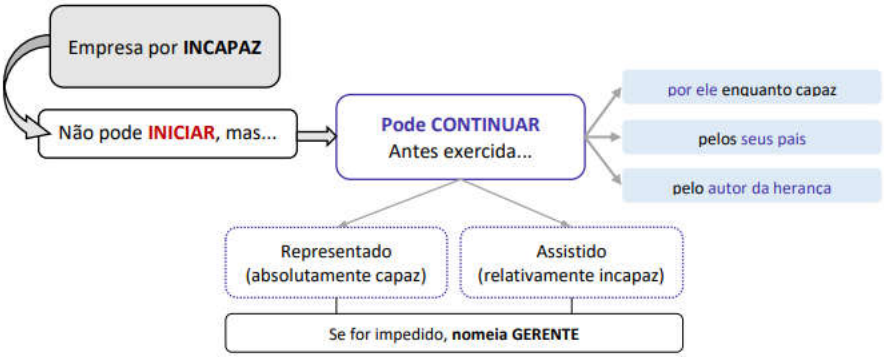
Saiba o conceito e características de empresa e o conceito e características de empresário, assim como os seguintes fluxogramas:

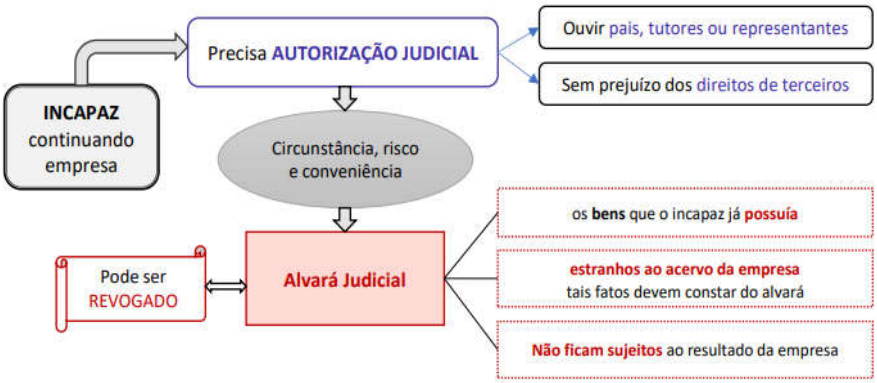


Sobre quem não pode ser considerado empresário, basta a leitura do art. 966, parágrafo único, do CC/02.

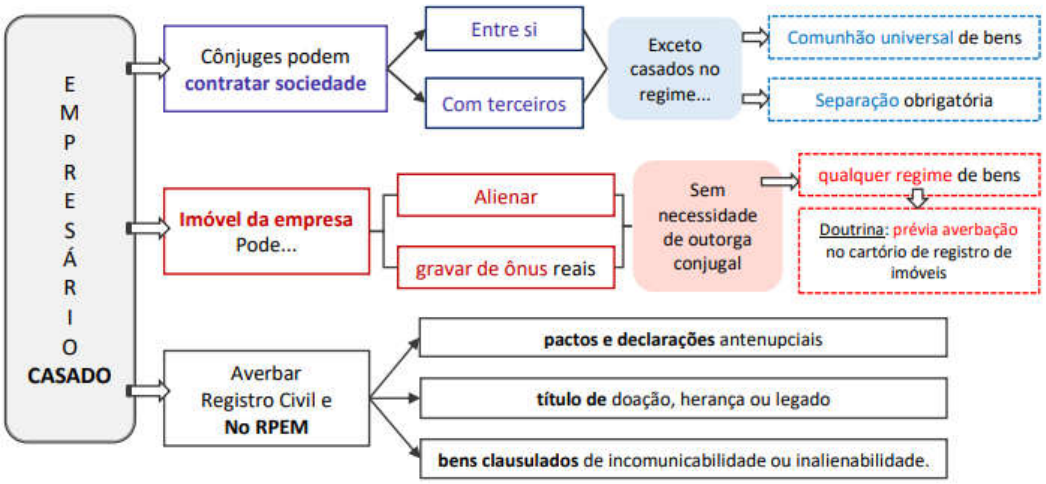
Em relação aos tópicos de empresário individual e EIRELI faça a leitura integral dos tópicos. Provavelmente isso aparecerá em sua prova.

No que concerne ao incapaz, além da leitura obrigatória dos arts. 974 e 975, do CC/02, grave os fluxogramas:





Sobre o empresário casado, grave os dispositivos trazidos pelo professor e o fluxograma:



Faça uma rápida leitura sobre o registro de empresa e sobre o produtor rural.

Tarefa 14

Auditoria

Revisão da aula 01.

***Link**: https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169624/aulas/1442545*

Igualmente aos temas tratados na aula 00, esta tem grande peso em todas as provas de Auditoria, independentemente da banca organizadora. É raro um certame que não cobre ao menos uma questão desses temas!

Nesta tarefa, revise o conteúdo da aula 01. Você pode fazer isso por meio de suas marcações ou resumo.

Após a revisão, faça as questões da FGV do caderno de questões abaixo (se tiver tempo disponível, também pode fazer as outras questões), e em seguida leia os comentários daquelas que errar ou tiver dúvidas.

Link: https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/50cf82f4-434e-40b5-aa4b-e18f5781235a

OBS: caso sinta segurança no conteúdo da aula, você pode iniciar pela resolução de questões e, posteriormente, revisar apenas os pontos que tiver dificuldade.

Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

O tópico *Conceituação e Objetivos da Auditoria Interna* (AI) é mais do que importante. De sua leitura, percebemos que o escopo de atuação da AI é amplo (PJ de direito público e privado) e ainda que seus objetivos/finalidade são assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos/agregar valor ao resultado da organização. O "objeto" do trabalho da AI são os controles internos, processos e a gestão – cabe a ela propor melhorias para seu aperfeiçoamento.

Da leitura do tópico "*Papéis de Trabalho*", compreenda que eles servem para evidenciar os exames realizados e dar suporte à opinião do auditor, podendo ser documentados em qualquer meio (físico ou eletrônico). Eles devem, ainda, ter abrangência e grau de detalhes suficientes.

Com relação à *Fraude/Erro*, tenham em mente que o que os diferencia é o fato de serem intencionais (fraude) ou não (erro). Ainda, cabe ao auditor informar (por escrito e de forma reservada) a administração sobre irregularidades detectadas em seu trabalho.

O tópico *Planejamento da Auditoria Interna* deve ser lido com atenção, especialmente os fatores que o auditor deve levar em consideração ao executá-lo (*conhecimento detalhado da política da entidade, sua missão e objetivos, etc.*). Os *Riscos da Auditoria* são avaliados na fase de

planejamento (atentem-se aos aspectos que devem ser considerados em sua análise: verificação ao alcance de procedimentos, e outros).

O tópico *Procedimentos de Auditoria Interna* é o grande destaque da aula (aqui se concentram a maioria das questões). Os procedimentos permitem que o auditor obtenha subsídios para fundamentar suas recomendações, ou seja, os procedimentos produzem as evidências. Saibam exatamente as características dos testes de observância (buscam verificar a efetividade dos controles) e dos testes substantivos (visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade – S.E.V. – dos dados produzidos pela entidade). Conheçam também os tipos específicos de testes de observância, e suas definições (inspeção; observação; investigação e confirmação). De forma secundária, conheça as características das informações (ou evidências): suficiente, adequada, relevante e útil.

Os tópicos *Amostragem* e *PED* são menos explorados. Basta saber que é possível se aplicar tanto amostragem estatística quanto não estatística; bem como que o uso de PED requer profissional com conhecimento suficiente de TI e sistemas de informação.

Leia o tópico Normas Relativas ao Relatório da Auditoria Interna, e tenha atenção especial aos aspectos mínimos que tal instrumento deve abordar (objetivo e extensão dos trabalhos, etc.). Atenção ainda ao fato de que, no escopo da Auditoria Interna, é possível a emissão de relatório parcial (quando há irregularidades que demandem providências imediatas que não possam aguardar o fim dos trabalhos).

O tópico *Normas Profissionais do Auditor Interno* é menos cobrado. Tenham atenção especial à *Autonomia Profissional* e à *Cooperação com o Auditor Independente*.

Estude as questões propostas na aula. (estão na sequência da aula sem numeração)

Como forma de aumentar o seu entendimento da matéria, procure ler e MEMORIZAR os mapas mentais e esquemas apresentados no último tópico desta aula, bem como as respostas das questões subjetivas.

Tarefa 15

Direito Tributário

Resolução de 36 questões no SQ.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169604/aulas/1442711*

Para consolidar o que foi estudado na aula 01, resolva essa seguinte lista de ***questões no SQ:***

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/f971169b-68d7-47d2-b210-0ad68a3b4e07*

Aproveite para identificar os pontos em que teve maiores dificuldades. Após isso, retorne ao seu material e faça uma revisão mais aprofundada.

Tarefa 16

Raciocínio Lógico

Revisão da aula 00; e resolução de 34 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169592/aulas/1442354*

Vamos iniciar a trilha de ***Raciocínio Lógico*** focada no seu concurso.

Faremos uma breve revisão da aula de ***Estruturas Lógicas.*** Cabe mencionar que o percentual de cobrança deste assunto em provas anteriores é de ***18,60%.***

Proposição lógica: é uma oração declarativa à qual pode ser atribuída um, e apenas um, dos dois possíveis valores lógicos: verdadeiro ou falso.

Valor lógico é o resultado do juízo que se faz sobre uma proposição. O valor lógico pode ser ou verdadeiro ou falso, mas não ambos.

Proposição simples: Proposição simples: não pode ser dividida proposições menores.

A negação de uma proposição simples ***p*** gera uma nova proposição simples ***~p***.

Dupla negação: ~(~p) ≡ p.

Proposição composta: resulta da combinação de duas ou mais proposições simples por meio do uso de conectivos.

Conjunção (p^q): é verdadeira somente quando as proposições ***p*** e ***q*** são ambas verdadeiras.

Disjunção Inclusiva (pvq): é falsa somente quando as proposições ***p*** e ***q*** são ambas falsas.

Condicional (p→q): é falsa somente quando a primeira proposição é verdadeira e a segunda é falsa.

Em uma expressão do tipo "***p → q***", a proposição ***p*** é condição suficiente para ***q***, e da mesma forma, ***q*** é condição necessária para ***p***.

Bicondicional: é verdadeira quando ambas as proposições tiverem o mesmo valor.

Número de linhas de uma tabela-verdade: 2^n, sendo ***n*** o número de ***proposições simples***.
Tautologia é uma proposição cujo valor lógico da tabela-verdade é sempre verdadeiro.

Contradição é uma proposição cujo valor lógico é sempre falso.

Contingência é uma proposição cujos valores lógicos podem ser tanto V quanto F, dependendo

Após relembrar os principais conceitos desta aula, resolva as seguintes questões: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

Em seguida, para complementar, resolva todas as questões do caderno abaixo:

Link: *https://questoes.estrategiaconcursos.com.br/cadernos/e4beb2ae-1a7d-4c86-a7b5-ce8628ca4d5d*

Ao final, leia os comentários das questões que errou ou que teve dúvida. Aproveite esses exercícios para relembrar os conteúdos que elas abordam caso esteja há muito tempo sem vê-los.

Tarefa 17

Legislação Tributária Estadual

Revisão da Aula 01; e resolução de 10 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169607/aulas/1442531*

Revise os assuntos constantes da ***aula 01 (Lei Kandir - Parte 1)***. Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Nesta aula você estudará a ***Lei nº 87/96***, mais conhecida como ***Lei Kandir***. Esta Lei estabelece as normas gerais aplicáveis ao ICMS. Portanto, atenção a tudo o que for tratado aqui. Essa lei é a "espinha dorsal" da regra matriz de incidência do ICMS.

Em "***Introdução a Lei Kandir***", estude rapidamente os tópicos abordados para fins de contextualização e memorização de alguns dispositivos constitucionais importantes.

Estude as ***hipóteses de incidência*** do ICMS. Aqui é importante compreender que o principal fato gerador do ICMS é a circulação de mercadorias, não importando se a circulação é física ou jurídica, nos termos da Lei Kandir.

Outra incidência importante e que costuma ser bastante explorada pelas bancas é o fornecimento de ***alimentação e bebidas em bares e restaurantes***. Aqui, os concursos costumam citar que se trata de uma competência Municipal, incidindo ISS. Entretanto, como dito anteriormente, a competência é Estadual e incidirá o ICMS.

Continuando nas hipóteses de incidência, os incisos ***IV*** e ***V*** apresentam outros casos extremamente cobrados em provas. Aqui, preste bastante atenção aos casos em que a competência exclusivamente Estadual, exclusivamente Municipal ou de ambos.

Por fim, o ***§1º*** apresenta alguns casos em que a pessoa física, mesmo não sendo contribuinte habitual, irá se tornar contribuinte do ICMS.

Na sequência estude sobre as ***hipóteses de não incidências***. Aqui, o ponto a ser destacado é o RE 330.817, que trata sobre os ***E-Books*** e o RE 595.676, que trata da imunidade para ***suporte para conteúdo digital***, ambos do STF. Ainda, os incisos ***VI***, ***VII***, ***VIII*** e ***IX*** do ***artigo 3º*** costumam ser bastante explorados em provas.

Por fim, faça a leitura dos ***arts. 1º ao 3º da LC nº 87/96***. É importante que faça marcações e anotações na lei, especialmente nas palavras-chave, pois serão de grande ajuda nas revisões e na memorização da literalidade.

Estude o tópico sobre ***sujeição passiva***, aqui é importante compreender a definição de ***contribuinte*** e, ainda, saber os casos em que a pessoa, física ou jurídica, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, irá ser considerada contribuinte.

Em "***Local da Operação***" preste atenção ao seguinte:

a) O ***estabelecimento que transfira*** a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado.

b) Importado do Exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a ***entrada física.*** (CUIDADO!!!)

c) Importado do Exterior, o do ***domicílio adquirente***, quando não estabelecido.

Atenção, ainda, aos casos de prestação de serviço de transporte.

Sobre o "***Momento do Fato Gerador***", muitos alunos costumam confundir o Local da Operação com o Momento do Fato Gerador. Deste modo, é importante compreender a lógica que está por trás de cada um para não cometer equívocos. O ***Momento*** do Fato Gerador dirá para nós ***quando*** o imposto passa a ser devido enquanto que o ***Local*** da Operação nos diz ***para onde*** esse imposto passa a ser devido.

O ***art. 12 da Lei Kandir*** trata sobre o momento do fato gerador e os incisos ***V*** e ***VI*** merecem mais atenção pois podem ser confusos. Preste atenção ao seguinte: No caso de prestação de serviço de transporte ***interestadual*** ou ***intermunicipal***, considera-se ocorrido o fato gerador no momento do ***início*** da prestação. Por outro lado, quando o transporte é iniciado no ***exterior***, o fato gerador considera-se ocorrido no momento do ato ***final***.

Com relação ao inciso ***IX***, veja que no caso de mercadorias importadas do exterior, o Momento do Fato Gerador considera-se ocorrido quando do ***desembaraço aduaneiro***. Não confunda com o local da operação que, para essa mesma situação, é a entrada física ou o domicílio do adquirente.

Leia os ***arts. 4, 11 e 12 da LC nº 87/96***.

Por fim, realize as questões ***1*** até ***10*** do PDF da aula 01. As demais questões podem ser realizadas caso sinta necessidade.

Tarefa 18

Tecnologia da Informação

Revisão da Aula 01.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169594/aulas/1442581*

Revise os assuntos constantes da aula 01 (Modelagem Conceitual). Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

O ***Modelo Conceitual*** pode ser implementado através do ***Modelo Entidade Relacionamento***. Já o ***Modelo Lógico*** pode ser implementado através ***Modelo Relacional***.

Nessa tarefa você irá estudar o ***Modelo Entidade Relacionamento (MER)***, também chamado de ***Diagrama Entidade Relacionamento (DER)***.

É fundamental que você não termine essa aula sem saber, com detalhes, o que é ***entidade***, ***relacionamento***, ***atributo*** e ***instância***.

Em relação às entidades, aprenda o que é uma ***entidade forte (independente)***, uma ***entidade fraca (dependente)*** e uma ***entidade associativa*** (esta vai aparecer mais adiante).

Em "relação aos relacionamentos", as ***classificações*** quanto ao ***grau*** (binário, ternário, quaternário, etc.) e quanto à ***cardinalidade*** (1:1, 1:N, N:1 e M:N) são igualmente importantes. Saiba também o que é a restrição de participação total e de a participação total.

Em relação aos atributos, guarde o a diferença entre atributo ***monovalorado*** e ***multivalorado***, assim como a diferente entre atributo ***simples*** e ***composto***.

Preste bastante atenção! Tanto entidades quanto relacionamentos podem ter atributos.

A ***Notação pé-de-galinha (Crow's foot)*** é apenas uma das formas de representar visualmente um modelo conceitual, porém é a mais utilizada e cobrada em provas. Estude-a com atenção.

Responda as questões que aparecerem no decorrer da teoria, destacando sempre as questões que errar ou tiver dúvidas.

Pare entes de entrar em ***Resumo***.

Tarefa 19

Direito Constitucional

Revisão da Aula 07 (Poder Legislativo); e resolução de 30 questões do SQ.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169600/aulas/1442379*

Vamos revisar a ***Aula 07 – Poder Legislativo***, que tem grau de incidência de ***11,18%*** em concursos fiscais realizados pela FGV.

Revise os assuntos constantes da Aula 07. Ao finalizar a revisão, faça as primeiras ***30 questões*** do caderno do SQ abaixo (se tiver tempo, faça todas):

Poder Legislativo – FGV: *http://questo.es/ecf0z1*

Sugiro que você resolva as questões de forma proativa: fale para você mesmo a justificativa pela sua resposta antes de ver o gabarito. Isso vai ajudá-lo demasiadamente a fixar o conteúdo. Depois leia os comentários do professor.

E não esqueça de deixar assinaladas as questões que você errar, ou responder com dúvida. Elas serão muito úteis nas nossas revisões.

Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

As páginas iniciais dispõem rapidamente sobre as ***funções típicas e atípicas*** dos Poderes, em especial o Legislativo, que tem como funções típicas legislar e fiscalizar. Interessante notar que os Municípios não possuem representantes no Poder Legislativo Federal.

Esse assunto está previsto nos ***art. 44 a 58*** da CF/88.

Objeto recorrente de cobrança em provas são as hipóteses de reunião em sessão conjunta da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado Federal (SF) - ver esquema. A única vez que ocorreu sessão unicameral do Congresso Nacional (CN) foi para aprovar emendas constitucionais pelo processo simplificado de revisão, cinco anos após a promulgação da Constituição. O CN, nesse caso, atuou como se fosse uma só Casa (ADCT, art. 3º).

Não confundir ***legislatura***, ***sessão legislativa*** ordinária (SLO) e ***períodos legislativos*** (02/02 a 17/07 e 01/08 a 22/12). Resumindo: em uma legislatura (4 anos) ocorrem 4 SLO (uma por ano), as quais possuem 2 períodos legislativos cada. Sessões legislativas extraordinárias (SLE) ocorrem fora do período das SLO. Também é bom saber sobre as convocações extraordinárias do CN (art. 57, §6º).

O tópico de ***estrutura do Poder Legislativo*** não é tão comum em provas. Sobre a Câmara dos Deputados, fique atento que a representação dos Deputados Federais por Estado é proporcional

à população (e não ao número de eleitores), a qual foi definida por lei complementar. Territórios Federais possuem número fixo de 4 Deputados Federais, ou seja, não é proporcional à população de cada Território. No caso do Senado Federal, os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário simples, com cada Estado e DF possuindo 3 Senadores, com mandato de oito anos.

Leia o ***art. 58, §3º***, que trata das ***Comissões Parlamentares de Inquérito*** (***CPIs***), um dos tópicos mais importantes da aula. As CPIs realizam um tipo de controle político-administrativo, mas não julgam, pois sua função é apenas investigatória. Além dos requisitos constitucionais para criação das CPIs, é muito importante saber o limite dos poderes de investigação das CPIs. Para isso, sabia muito bem as regras previstas (leia mais de uma vez e grife o necessário). CPI pode determinar quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do investigado (não está abrangido por cláusula de reserva de jurisdição), mas não pode determinar interceptação telefônica.

Geralmente o tópico sobre as ***atribuições do Congresso Nacional*** possui alta incidência em provas que exigem Poder Legislativo, e gera bastante confusão. Antes de estudar esta parte, leia o ***art. 48*** (competências que dependem de lei) e também o ***art. 49*** (competências que não dependem de lei, mas apenas decreto legislativo). Após estudar as páginas desse tópico, volte na sua CF/88 e faça as marcações necessárias.

Leia os ***art. 51 e 52***, que dispõem sobre as competências privativas (exclusivas) da CD e do SF, respectivamente, exercidas via resolução. As partes destacadas pelo professor a respeito de cada Casa são muito importantes e merecem ser grifadas na sua Constituição/material de revisão. Muitíssimo importante saber as autoridades que são julgadas pelo Senado nos crimes de responsabilidade (art. 52, II).

Após terminar o estudo desse tópico no PDF, ***leia novamente*** os artigos respectivos. Muitas questões exigem a literalidade, então ***memorizar os art. 48, 49, 50, 51 e 52*** possui um bom custo-benefício.

O ***Estatuto dos Congressistas*** é o conjunto de regras a respeito das imunidades e vedações dos deputados e senadores previstas na CF/88 (***art. 53 a 56***). É imprescindível saber as diferenças das características da ***imunidade material e da formal***. Assim, estude e faça grifos nesse tópico com muita calma. Veja os quadros-resumo sobre imunidade material e imunidade formal. Após isso, leia o ***art. 53***, fazendo as marcações necessárias.

A respeito da prerrogativa de ***foro***, entende a doutrina que os Deputados e Senadores não cometem crime de responsabilidade, mas apenas infrações penais comuns. Há diversas decisões jurisprudenciais do STF dispostas na aula, então fique atento.

As bancas examinadoras adoram confundir o candidato trocando as hipóteses de incompatibilidade desde a expedição e do diploma com as hipóteses desde a posse (art. 54).

As hipóteses de perda do mandato do parlamentar por votação da Casa (***art. 55, I, II e VI***), após a EC nº 76/2013, ocorrem em votação aberta (decisão política). Em relação aos ***inc. III, IV e V***, a perda do mandato é declarada pela Mesa, ou seja, perda automática.

Por fim, Deputados estaduais (e distritais) possuem ***imunidade*** formal e material. Entretanto, os Vereadores possuem apenas imunidade material e apenas na circunscrição do Município. Leia os ***art. 53 a 56*** e faça as marcações necessárias.

Leia o ***art. 74 (inc. I, II, III, IV)***, o ***caput dos arts. 70 e 71*** e o ***art. 31***, nessa ordem, antes de iniciar o estudo deste tópico.

Você deve saber que há órgão de controle interno dentro de cada Poder. No caso do controle externo, o órgão que não integra a estrutura.

No caso da União e das entidades da Administração Direta e Indireta, o Congresso Nacional (CN), com auxílio do TCU, realiza a ***fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial*** (fiscalização "***COFOP***"). Sempre muito cobrado é o objeto da fiscalização: legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas (art. 70, "caput").

Note que os Tribunais de Contas (TC) são órgãos ***sem subordinação hierárquica*** ao Poder Legislativo e, embora o titular do controle externo seja aquele Poder, são os Tribunais de Contas que realizam tecnicamente essa atividade. Importante ter conhecimento que os TCs podem realizar controle de constitucionalidade das leis e atos no exercício de suas atribuições. Tenha pleno conhecimento como se dá a escolha dos Ministros do TCU (art. 73, §2º).

Leia o ***art. 71*** inteiro, o qual trata de competências do TCU no seu auxílio ao CN no controle externo. O TCU julga as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Entretanto, em relação às contas do Presidente da República, o TCU apenas as aprecia, sendo posteriormente julgadas pelo CN. O inc. III do art. 71 é muitíssimo importante e você deve saber em detalhes. Dentre outros aspectos, atente-se para o fato que o registro de aposentadorias não se aplica aos benefícios do RGPS. Também tenha conhecimentos sobre as decisões do STF relacionadas ao inc. III, principalmente a Súmula Vinculante nº 03. O inc. X também é muito exigido em provas: os atos administrativos podem ser sustados diretamente pelo TCU, mas no caso dos contratos administrativo, a sustação é feita pelo CN.

Pelo princípio da simetria, as regras constitucionais estabelecidas ao TCU aplicam-se, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados e do DF (TCEs e TCDF) e aos Tribunais de Contas dos Municípios (TCMs). Nesse tópico, há importantes questões jurisprudenciais dispostas na aula. A CF/88 não permite a criação de novos Tribunais de Contas Municipais (órgãos municipais). Desse modo, há apenas dois que foram criados antes da promulgação da CF/88: TCM-SP e TCM-RJ. Entretanto, os Tribunais de Contas dos Municípios (órgãos estaduais), responsáveis pelo controle externo de todos os municípios de um estado, podem ser criados. Então, não confunda:

- Tribunal de Contas Municipais: só existem dois (TCM-SP e TCM-RJ); são órgãos municipais; não podem ser criados novos;
- Tribunal de Contas dos Municípios: competência sobre todos os Municípios do estado; são órgãos estaduais;

- Tribunal de Contas do Estados (TCEs): naqueles estados em que não existirem órgão de contas (Municipais ou dos Municípios), o controle externo será do TCE.

Por fim, saiba que as contas de governo, as quais possuem caráter político, são julgadas pelo Poder Legislativo, e as contas de gestão, que têm caráter técnico, são julgadas pelos Tribunais de Contas (art. 71, II). No caso das contas do Prefeito, ambas as contas (de governo e de gestão) são julgadas politicamente pela Câmara Municipal (Poder Legislativo), conforme decisão pacificada pelo STF (RE n° 846.826).

Tarefa 20

Contabilidade Geral e Avançada

Revisão das aulas 02 e 03; e resolução de 15 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169598/aulas/1442468*

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169598/aulas/1442469*

Nesta tarefa, você irá revisar o conteúdo das aulas 02 e 03, que ainda são aulas introdutórias da disciplina e, por isso, devem ser vistas de forma mais célere.

A aula 02 aborda o tópico ***Fatos Contábeis e respectivas variações***. Em suma, continuaremos no estudo dos conceitos iniciais de contabilidade.

Iniciando nossa aula, será apresentado ***PLANO DE CONTAS***, o qual representa o ***conjunto de todas as contas existentes dento de uma entidade para uniformizar os registros contábeis***. Entenda que não existe um plano de contas padronizado, pois depende do ramo da entidade, ou seja, o plano de contas é algo personalizado. E, para alcançar seu objetivo, o plano de contas é segmentado em ***ELENCO DE CONTAS*** (relação de contas estabelecidas previamente) e ***MANUAL DE CONTAS*** (procedimentos de funcionamento das contas). Ou seja, o PLANO DE CONTAS = ELENCO DE CONTAS + MANUAL DE CONTAS.

Em seguida, relembraremos o ***MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS***. Em síntese, a metodologia das partidas dobradas nos mostra que o ***total de débitos sempre terá que ser igual ao total dos créditos, não comportando exceções***. Atenção! Desse conceito, são ramificados diversos outros, dentre eles: *todo e qualquer item que ingresse ou se aplique no patrimônio, haverá uma origem, isso porque não há geração espontânea de patrimônio.*

No ***tópico 3 (elementos essenciais de um lançamento)***, entenda que a estrutura básica do lançamento manual ***(Conta Debitada a Conta Creditada)*** possui ***sempre*** o registro da conta Debitada ***antecedido*** ao da conta Creditada, sem exceção.

Logo após, são apresentadas as ***04 fórmulas do lançamento***. Não temos muito o que comentar, apenas entender os exemplos e decorar a identificação das fórmulas (mnemônico: 11 12 21 22).

No tocante aos ***TIPOS DE FATOS CONTÁBEIS***, perceba que há diferenças nos tipos de variações (qualitativa/quantitativa) provocadas nos elementos patrimoniais. Com isso, os fatos são classificados em: ***fatos permutativos, modificativos*** e ***misto***. Em suma:

1. ***PERMUTATIVOS***: são ***fatos compensativos*** que ***não alteram o Patrimônio Líquido*** (PL), mas ***alteram qualitativamente o patrimônio*** (sentido amplo).

2. ***MODIFICATIVOS***: são ***fatos modificativos*** *(aumentativo ou diminutivo)* que ***alteram o Patrimônio líquido*** (PL) e ***alteram quantitativamente o patrimônio*** (sentido amplo).

3. ***MISTOS ou COMPOSTOS***: são os ***fatos compostos*** que envolvem simultaneamente um fato permutativo e um fato modificativo.

Atente para os principais ***erros de escrituração*** e suas correções: estorno, transferências, complementação e ressalva.

Em relação ao ***tópico 7 (INSUBSISTÊNCIAS*** e ***SUPERVENIÊNCIAS)***, entenda que a ***superveniência*** está relacionada com o ***aparecimento de algo***, enquanto a ***insubsistência*** com o ***desaparecimento***.

Perceba que uma ***superveniência/insubsistência ATIVA***, significa dizer que houve ***aumento no patrimônio*** da entidade (geração de receita). E uma ***superveniência/insubsistência PASSIVA***, segue praticamente o mesmo raciocínio, só que voltado para a ***redução do patrimônio***.

No ***tópico 8*** (***LIVROS CONTÁBEIS e FISCAIS)***, saiba as principais características de cada livro, em especial as diferenças entre o ***Livro Diário*** e o ***Livro Razão***. Segue abaixo, o resumo das comparações:

Livro Diário	Livro Razão
Livro COMUM obrigatório	**Livro facultativo** => *lei comercial (CC)* **Livro obrigatório** => *lei fiscal (lucro real – LALUR)*
Livro Principal *(não é auxiliar)*	**Livro Principal** *(não é auxiliar)*
Livro Cronológico *Obs.: não permite conhecer o volume de operações em cada conta.*	**Livro sistemático => cronológico** *Obs.: sistemático pois registra operação em cada conta e cronológico dentro da conta.*

No tocante ao ***BALANCETE DE VERIFICAÇÃO,*** entenda que ele é um demonstrativo de ***caráter auxiliar***, no qual são relacionadas todas as contas (patrimoniais e resultado) de acordo com a natureza do saldo (devedor ou credor), de modo a ***verificar a correta aplicação do método das partidas dobradas.***

Em síntese, o balancete é feito a partir do Livro Razão (base do razonete) e somente evidencia a igualdade dos débitos e créditos. Logo, o balancete ***não tem escopo*** de verificar os lançamentos em espécie, como: erros de escrituração e movimentação individual nas contas.

Por fim, resolva as seguintes Questões Comentadas: 01 a 04. Caso tenha disponibilidade, resolva as questões de "Outras Bancas" (06 a 25) para auxiliar na fixação e compreensão do conteúdo.

Seguindo na aula 03, abordaremos, em especial, o ***regime de competência e de caixa*** (tópico de ***incidência relevante***) e ***apuração do resultado***. Em suma, continuaremos no estudo dos conceitos iniciais de contabilidade. Assim, caso esteja há muito tempo sem estudar o conteúdo ou este ainda não tenha sido estudado, sequem algumas dicas de estudo:

Na parte inicial da aula, revisaremos o ***regime de competência*** e ***regime de caixa***. Em suma, precisamos entender a principal diferença entre os regimes: No ***regime de Competência***, utilizamos a ***data que a compra ou venda*** ocorreu (fato gerador) e no ***regime de Caixa*** consideramos a ***data em que o dinheiro efetivamente entrou ou saiu*** do caixa da empresa (recebimento/pagamento).

O ***regime de competência***, oficialmente, é o ***regime obrigatório*** para empresas. Atenção: Este tópico é importantíssimo nas questões que envolvem conciliação bancária.

Em seguida, revisaremos a ***APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – ARE*** que tem por objetivo avaliar se a empresa obteve lucro ou prejuízo, sendo realizada por meio do confronto das Receitas e Despesas do período, o qual deve ser de acordo com o Princípio da Competência.
Em suma, será explicado o ***encerramento das contas de resultado***, já que estas são contas transitórias/temporárias. Neste momento de encerramento, surge a figura da conta ARE como forma de "zerar" o saldo das contas de resultado (receitas/despesas). Atente para o significado do saldo da conta ARE: saldo credor (lucro) e saldo devedor (prejuízo).

Perceba que o próximo passo será transferir o Resultado do Exercício (conta de resultado) para a conta ***Lucro/Prejuízo acumulados*** (conta patrimonial).

No ***tópico 3***, abordaremos os principais ***LANÇAMENTOS CONTÁBEIS*** que aparecem nos concursos da FGV. Em suma, faça uma ***leitura dinâmica*** dessas transações, as quais devem ser compreendidas e não decoradas.

Por fim, resolva as seguintes Questões Comentadas: 01 a 11. Caso tenha disponibilidade, resolva as questões de "Outras Bancas" (12 a 20) para auxiliar na fixação e compreensão do conteúdo.

Tarefa 21

Direito Penal

Resolução de 35 questões do Estratégia Sistema de Questões.

Agora que já estudamos a teoria, vamos treinar nossos conhecimentos resolvendo uma bateria de questões da ***Banca FGV***:

Acesse o caderno através do link: *http://questo.es/xqiwzt*

Sugiro a leitura de TODOS os comentários do professor, mesmo que tenha acertado a questão.

Tarefa 22

Direito Tributário

Revisão da Aula 02 e resolução de questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169604/aulas/1442712*

Para essa tarefa, cumpra a seguinte ordem:

1) Revise os assuntos constantes na ***Aula 02***. Caso já tenha estudado a aula e tenha suas próprias marcações, faça a revisão como foco nesses grifos. Outra opção é utilizar o ***Passo Estratégico*** referente à aula para facilitar seu processo de revisão.

2) Resolva as seguintes questões dispostas ao final do PDF: questões ***pares*** da ***01 a 58***.

Caso esteja há muito tempos sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de estudo:

Na ***Aula 02*** você dará seguimento ao estudo das ***Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar***, agora na figura das ***Imunidades.***

Inicialmente, é importante que você saiba diferenciar imunidade, ***isenção e não-incidência***. Embora as 3 tenham o mesmo efeito, que é o não pagamento de tributo, são institutos diferentes. Cuidado com pegadinhas em provas.

Fique atento: o pagamento do tributo é apenas o cumprimento de uma obrigação tributária. Outras obrigações podem existir e devem ser cumpridas mesmo com a imunidade. São as chamadas ***obrigações acessórias***.

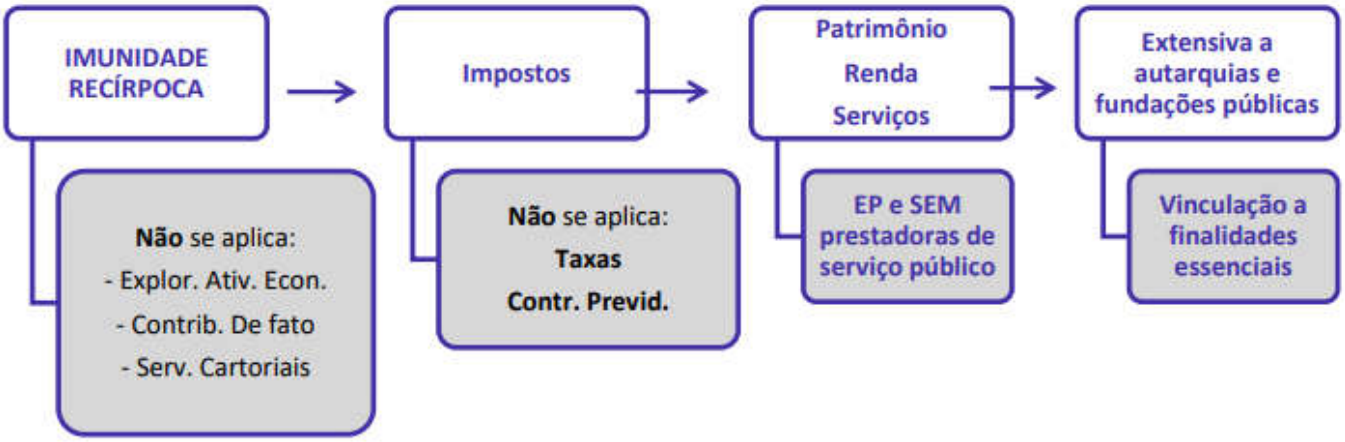
As imunidades são classificadas pela doutrina de acordo com vários critérios. Leia todas.

A primeira espécie de imunidade a ser estudada é a ***Imunidade Recíproca***. Ela é a vedação constitucional à União, Estados, Municípios e DF de instituírem impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros. Fique atento às características:

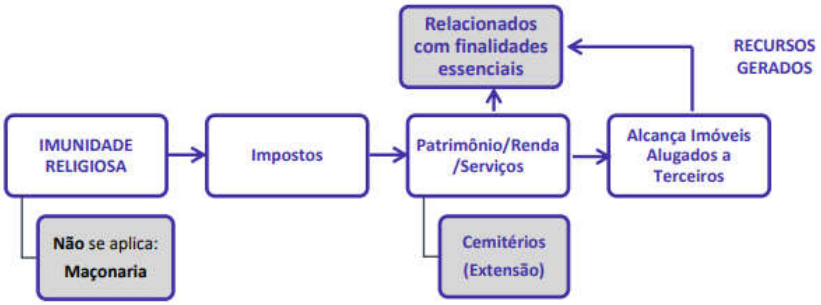
- É cláusula pétrea;
- Somente abrange impostos sobre patrimônio, renda e serviços. Não é estendido aos demais tributos. Cuidado com as pegadinhas em prova!

Leia a jurisprudência sobre o tema. Ela é riquíssima e traz situações excepcionais, como é o caso da questão contribuinte de fato x contribuinte de direito em impostos indiretos.

Outro ponto que você deve memorizar é que as imunidades recíprocas se estendem a autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas atividades essenciais ou dela decorrentes. O STF também estendeu a imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista que prestem serviços públicos obrigatórios e exclusivos do Estado. Mais uma vez, peço que fique bem atento à jurisprudência.



Dando continuidade, você estudará agora as ***Imunidades Religiosas***. Sobre essas imunidades é importante saber que se aplicam a todas as religiões, sem exceções, pois o Estado é ***laico***. Fique atento que somente há imunidade em relação aos impostos sobre patrimônio, bens e serviços, não estando abrangidas na imunidade as demais espécies tributárias.

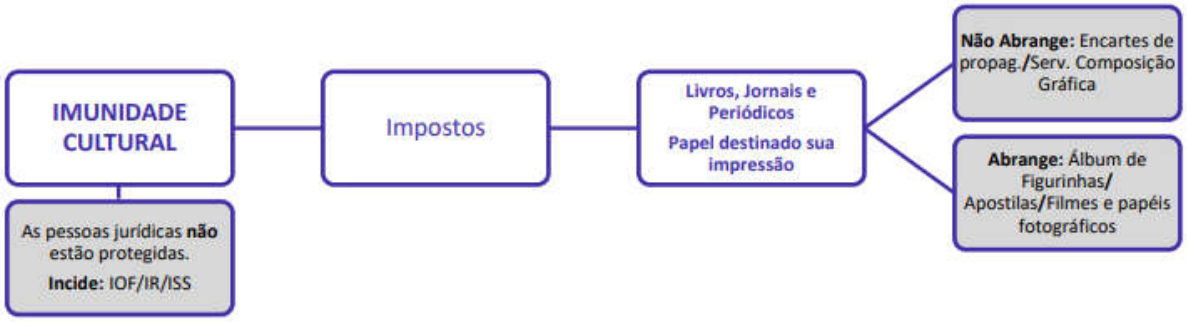


Também são imunes e nenhum ente poderá cobrar impostos sobre patrimônio, bens e serviços, ***os partidos políticos e suas fundações, dos sindicatos de trabalhadores e das instituições de educação e assistência social***, ***sem fins lucrativos***, atendidos os requisitos da lei.

Atente que o requisito "sem fins lucrativos" apenas se direcionam às instituições de educação e assistência social. Uma pegadinha na sua prova pode ser trocar sindicato de trabalhadores com ***sindicato de empregadores ou setores econômicos***. Somente os primeiros gozam de imunidade. Leia com cuidado a jurisprudência sobre o tema, em especial a Súmula Vinculante n° 52, os julgados que tratam de ICMS e IOF e a Súmula n° 730, STF.

A ***Imunidade Cultural*** determina que os entes não podem instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

Sobre essa imunidade há vasto conteúdo jurisprudencial, memorize as principais. Dê um destaque à Súmula Vinculante n° 57 que trata de livros eletrônicos.



A EC n° 75/2013 incluiu na CF/88 mais uma imunidade tributária: é vedado aos entes federativos cobrar impostos sobre ***fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.***

Cuidado com a exceção: buscando proteger a Zona Franca de Manaus, a etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser não está imune.

O texto constitucional ainda possui outras imunidades espalhadas no seu texto. Importante você saber que, embora às vezes seja utilizado o termo "isenção", por serem previstas na CF/88, sempre serão imunidades. As mais relevantes, já estão destacadas pelo professor.
Memorize que a imunidade das entidades assistenciais, relativa à contribuição para a seguridade social, se estende às inclui as entidades com atuação em saúde e educação.

Tarefa 23

Português

Revisão de aula 01; e resolução de 40 questões do PDF.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169589/aulas/1442600*

Seguindo a idéia da nossa revisão, vamos para a aula 01, que trata das ***Classes de Palavras***, assunto de ***média incidência*** em provas da FGV.

Caso possua anotações/resumo dessa aula, leia-os e refaça as questões que errou na época do estudo inicial.

Caso não possua nenhuma anotação ou resumo, na própria aula, ao final da teoria, a equipe de professores disponibiliza um resumo elaborado por eles. Você pode, sim, utilizar esse resumo para pautar sua revisão, mas é importante que faça alguns apontamentos que entenda serem importantes, para moldar o resumo às suas necessidades.

Dentre as classes de palavras trabalhadas nessa aula, a mais cobrada é o ***pronome***. Vamos passar algumas dicas em relação ao tema!

- ***PRONOMES*** são palavras que representam (substituem) ou acompanham (determinam) um termo substantivo. Esses pronomes vão poder indicar pessoas, relações de posse, indefinição, quantidade, familiaridade, localização no tempo, no espaço e no texto, entre outras.

Assim, os pronomes apresentam diversas classificações, que ***devem ser entendidas***, e não decoradas. Na verdade, muitas delas são bem intuitivas, por exemplo:

- Os ***interrogativos*** são palavras que utilizamos em perguntas *(quantos, quem, quais, etc.)*;

- Os ***indefinidos*** são abstratos e não trazem pessoa ou quantidade certa *(ninguém, alguém, muito, mais, etc.)*;

- Os ***possessivos*** indicam posse *(meu, seu, nosso, etc.)*;

- Os ***demonstrativos*** apontam coisas ou pessoas dentro do tempo e espaço *(esse, aquele, nesse, isto, aquilo, etc)*,

- Os ***relativos*** apontam alguma relação *(que, os quais, cujo, etc.)*;

- Os de ***tratamento*** que indicam trato com determinadas autoridades *(Vossa Senhoria, Vossa Excelência, etc.)*;

- Os ***pessoais*** indicam pessoas *(eu, tu, ele, nós, vós, eles)*.

Atenção especial aos seguintes tópicos:

1. ***função Anafórica e Catafórica do pronome no texto***, *use o macete: **AN**afórico, algo mencionado **An**tes*;

2. ***pontos importantes dos pronomes relativos***, como exemplo: função anafórica, a qual auxilia nas interpretações de texto, e particularidades do pronome "cujo";

3. ***Concordância verbal nos pronomes de tratamento***, a qual é feita na terceira pessoa, *use o macete: trocar por você*.

4. ***Regras para união de pronomes oblíquos***.

5. ***Colocação pronominal***, muita atenção para as "Proibições Gerais" e as "regras especiais".

Ao final dessa revisão, resolva as questões 01 a 40. Leia os comentários de todas aquelas que errar ou tiver dúvidas. Se tiver tempo disponível, você também poderá resolver as outras questões.

Tarefa 24

Legislação Tributária Estadual

Revisão da aula 02; e resolução de 10 questões.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169607/aulas/1442532*

Revise os assuntos constantes da ***aula 02 (Lei Kandir - Parte 2)***. Caso esteja há muito tempo sem estudar o tema ou este ainda não tenha sido estudado, seguem algumas dicas de conteúdo:

Dando sequência ao estudo da Lei Kandir você verá pontos importantes para sua prova: ***Base de Cálculo*** (arts. 12 ao 18) e ***Não Cumulatividade*** (arts. 19 ao 23).

Primeiramente, o tópico "***Base de Cálculo***" é tratado na Lei Kandir do art. 13 ao 18. O art. 13 e seus incisos são a espinha dorsal, pois trata da associação de cada fato gerador (apresentado no art. 12) com as respectivas Bases de Cálculo do imposto.

Nos demais artigos são apresentados casos específicos, exceções, ou apenas algum esclarecimento que o legislador achou interessante destacar. Antes de tratar cada um dos incisos do art. 13 lembre-se que a Lei Kandir fixa a Base de Cálculo do ICMS para cumprir o comando da própria CF/88 (art. 155, § 2°, XII, "i").

Adentrando no estudo propriamente dito, atente-se para a regra geral que define a Base de Cálculo do ICMS: "Na saída de Mercadorias a Base de Cálculo será o Valor da Operação e na Prestação de Serviços a ***Base de Cálculo será o Valor da Prestação***." (art. 13, I).

No ***art. 13, §1°, II, "a"***, entenda a diferença entre ***Desconto Incondicional*** (que não integra a Base de Cálculo do ICMS) e o ***Desconto Condicional*** (que integra a Base de Cálculo do ICMS).

Outro ponto de atenção! A regra é que o fato gerador do ICMS ocorra na saída da mercadoria. Todavia, essa mercadoria pode "sair" para vários lugares/destinatários, inclusive para outro estabelecimento do mesmo titular *[trata-se de um tipo de operação entre empresas pertencentes a um mesmo titular chamada de **TRANSFERÊNCIA**]*. No caso de transferências interestaduais de mercadorias para estabelecimentos de um mesmo titular a base de cálculo será disciplinada por alguns critérios que são amplamente cobrados em provas (veja o ***art. 13, §4°***).

Para concluir, você tem que saber é sobre o ***arbitramento da Base de Cálculo (art. 18)***. Trata-se de uma decisão que não é absoluta, pois cabe contestação pelo interessado.

Faça a leitura dos artigos ***13*** a ***18*** da ***LC n° 87/96***.

No tópico "***Não Cumulatividade***", verifique que a Lei Kandir [art. 19] repete o comando da CF/88 [art. 155 § 2°, inciso I].

Em relação ao ***crédito do ICMS***, previsto a partir do art. 20 da Lei Kandir, é importante destacar a questão da apropriação do ICMS para ***ativo permanente***, que deve ser feita na fração de ***1/48***, levando-se em conta a proporcionalidade das saídas tributadas em relação ao total de saídas.

Cuidado apenas para não confundir SALDO CREDOR e CRÉDITO ACUMULADO, ok? O Crédito Acumulado do ICMS é um valor que já foi um saldo credor na conta na empresa, mas que por características próprias, ele se "transforma" em Crédito Acumulado. Você aprofundará isso ao estudar o RICMS, mas tenha essa ideia em mente.

Tenha em mente também a necessidade de vedação ou necessidade de estorno do crédito quando as saídas referentes àquela mercadoria ou insumo for isenta ou não tributada. Cuidado com as exceções, em especial o caso da manutenção do crédito para saídas não tributadas com destino ao exterior e também de papel imune.

E uma dica fica que costuma confundir muito e as bancas adoram fazer pegadinhas: material adquirido para uso e consumo não dá direito a crédito!

Faça a leitura dos artigos ***19*** a ***26*** da ***LC nº 87/96***.

Por fim, realize as questões ***1*** até ***10*** do PDF da aula 02. As demais questões podem ser realizadas caso sinta necessidade.

Tarefa 25

Tecnologia da Informação

Revisão e resolução de questões do PDF da Aula 01.

Link: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/app/dashboard/cursos/169594/aulas/1442581*

Terminando o estudo da parte teórica, é hora de fazer algumas questões sobre o assunto.

Mas antes, ***revise de forma bem objetiva*** todo o assunto estudado, focando nos pontos que você julga importante para memorizar a matéria.

Essa revisão deve ser feita preferencialmente pelo ***seu material grifado***. Alternativamente, se disponível, você pode também utilizar o ***resumo do professor*** ou a ***marcação dos aprovados***.

Após revisar, responda ***apenas as questões das bancas FGV e CESPE***.

FGV: 35, 37, 44, 62 e 68.

CESPE: 8, 9, 10, 13, 15, 17, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 48, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 79 e 80.

Leia o comentário ao final de cada questão.

Lembre-se de destacar as questões que errar ou ficar com dúvidas.

Volte à parte teórica sempre que sentir necessidade.

1. As Trilhas Estratégicas são meras ***sugestões*** de estudo com base em determinado objetivo (área de concurso, concurso específico ou perfil). O aluno deve ficar livre para que possa segui-la à risca ou fazer adaptações para o seu próprio estilo e rotina de estudo.
2. Os ***professores*** do Estratégia, ao elaborarem os seus materiais, possuem o objetivo de ensinar todo o conteúdo exigido pelo edital programático do concurso, além de estabelecer uma sequência ideal de estudo do ponto de vista pedagógico e considerando que o aluno terá tempo de estudar todo o seu material.
3. Já os ***coaches***, ao elaborarem as Trilhas Estratégicas, possuem o objetivo de fazer o aluno estudar o conteúdo de acordo com um determinado custo x benefício, porém muitas vezes fugindo da recomendação didática de estudo proposta pelos professores para que os alunos possam fazer um estudo direcionado.
4. Como dizemos sempre: *o ideal é estudar todos os assuntos, revisar tudo, fazer muitos exercícios de todos os assuntos e chegar na prova bom em todos os assuntos também*. Entretanto, são poucos aqueles alunos que dispõem de tempo para isso!
5. Nosso objetivo aqui é sugerir uma sequência de estudos baseada na **experiência de *coaches*** aprovados em diversos concursos para que possamos dar orientações e maiores chances de aprovação aos alunos.

Espero que tenha gostado!

Bons estudos!

Aguardo você no ***Telegram***.

Guilherme Carvalho

@_guilhermefcarvalho

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.